

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONOMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

BRUNA ZAPAROLI

**GOVERNANÇAS E REDES DE COOPERAÇÃO DO TURISMO RURAL
NA REGIÃO DA SERRA GAÚCHA**

Porto Alegre

2017

BRUNA ZAPAROLI

**GOVERNANÇAS E REDES DE COOPERAÇÃO DO TURISMO RURAL NA
REGIÃO DA SERRA GAÚCHA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Rural.
Orientador: Prof. Marcelino de Souza

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Zaparoli, Bruna
Governanças e redes de cooperação do turismo rural
na região da serra gaúcha / Bruna Zaparoli. -- 2017.
93 f.
Orientador: Marcelino de Souza.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Turismo rural. 2. Redes geográficas. 3.
Governança. 4. Regionalização. I. Souza, Marcelino de,
orient. II. Título.

BRUNA ZAPAROLI

**GOVERNANÇAS E REDES DE COOPERAÇÃO DO TURISMO RURAL NA
REGIÃO DA SERRA GAÚCHA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 8 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelino de Souza – Orientador
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato
PGDR/UFRGS

Profa. Dra. Daniela Garcez Wives
PGDR/UFRGS

Profa. Dra. Anelise Graciele Rambo
Campus Litoral Norte/ UFRGS

*Dedico este trabalho ao amigo e colega
Francisco dos Santos. Aonde quer que
esteja, sei que está sorrindo para nós.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao apoio de minha família nesta etapa de dois anos, onde a ajuda emocional e financeira foram essenciais para que este título de mestre se tornasse realidade.

Agradeço também àquelas que, mesmo sem laço sanguíneo, ocupam um espaço no meu coração que é difícil mensurar. Amigas, obrigada por estarem sempre comigo, apoiando e julgando minhas decisões e fazendo a minha vida muito mais feliz. Vocês são demais!

Obrigada também aos que me auxiliaram de forma relevante na realização do presente trabalho, em especial à Suelen De Leal Rodrigues e Ludmila Losada.

Também agradeço a todos entrevistados no decorrer da pesquisa pelas informações concedidas e disposição em nos receber.

Aos colegas da turma de 2015, obrigada pela amizade sincera e palavras de incentivo. Agradeço também:

Ao CNPq, pelo apoio financeiro ao projeto de pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural por proporcionarem um programa multidisciplinar relevante, público e de qualidade aos alunos. Também agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa;

Aos membros da banca por aceitarem o convite de participar desta etapa do trabalho.

Por fim, um agradecimento especial ao meu orientador, Marcelino de Souza. Tua ajuda, apoio e orientação foram essenciais para que eu chegasse ao fim dessa etapa, e teus ensinamentos serão levados por mim pelo resto da vida.

“Fora, Temer!”

RESUMO

Devido à atual configuração da economia global que gera desigualdade entre as regiões, novas formas de se pensar um ordenamento espacial, pautado nas potencialidades locais e com efetiva participação social ganham espaço na estrutura das políticas de desenvolvimento. No processo de valorização dos espaços locais, o turismo rural emerge como estratégia de promoção e inserção social e econômica no campo. Para essa atividade, novos mecanismos de regionalização, estruturados na participação de governanças locais, podem criar elos de colaboração público-privado na construção e manutenção da atividade turística. Na Região da Serra Gaúcha, as estruturas de rede podem criar institucionalidades de planejamento tático e operacional para ações de desenvolvimento e regionalização, a partir de redes de cooperação entre os municípios. Essas redes são desempenhadas pelas governanças do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA), pela Associação de Turismo da Serra Gaúcha (ATUASERRA) e pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra (CONDESUS). A partir de uma caracterização das governanças de turismo rural na Serra Gaúcha e das redes geográficas e de cooperação, foi possível contextualizar as entidades no âmbito do turismo rural, para então fazer a análise das redes de cooperação em suas dimensões organizacional, social e espacial, identificando os principais aspectos positivos e negativos das instituições. A partir de uma amostragem intencional não probabilística, foram feitas investigações de campo com base em roteiros de entrevistas semiestruturados com os principais atores envolvidos nas redes de cooperação estudadas. Concluímos que as redes de governança tem o papel de fortalecimento da atividade turística na região, com o intuito de regionalizar os municípios em prol de uma valorização dos atrativos de turismo em formas de roteiros. A ATUASERRA tem papel decisivo no fortalecimento da atividade de turismo rural na região, sendo o CISGA um consórcio de papel menos ativo na questão turística e mais presente nos projetos ligados à saúde. As duas governanças da Região da Serra Gaúcha fortalecem a atividade turística na região e trabalham sem significativa transposição de atividades, com funções ainda pouco articuladas. A articulação do CONDESUS com o CISGA e a ATUASERRA é menos promissora, sendo que este consórcio tem o papel de promover e implementar o turismo na região da microrregião dos Campos de Cima da Serra.

Palavras chave: Turismo rural. Redes de cooperação. Governanças.

ABSTRACT

Due to the current configuration of the global economy that generates inequality between regions, new forms of spatial planning, based on local potentialities and with effective social participation gain space in the structure of development policies. In the process of valuing local spaces, rural tourism emerges as a strategy for promotion and social and economic insertion in the countryside. For this activity, new mechanisms of regionalization, structured in the participation of local governments, can create links of public-private collaboration in the construction and maintenance of tourism activity. In Serra Gaúcha, network structures can create tactical and operational planning institutions for development and regionalization actions, based on cooperation networks between municipalities. These networks are carried out by the Inter-municipal Consortium for Sustainable Development of Serra Gaúcha (CISGA), the Serra Gaúcha Tourism Association (ATUASERRA) and the Sustainable Development Consortium of the Cima da Serra Field Region (CONDESUS). Based on a characterization of rural tourism governance in the Serra Gaúcha, together with documentary and bibliographic analysis on the theme of rural tourism, geographic and cooperation networks, it was possible to contextualize the entities in the field of rural tourism, to analyze cooperation networks in their organizational, social and spatial dimensions, identifying the main positive and negative aspects of the institutions. From an intentional non-probabilistic sampling, the field investigations were carried out based on open questionnaires with the main actors involved in the cooperative networks studied, such as the directorates of the institutions, Municipal Secretaries of Tourism and representatives of touristic itineraries of the region of study. From the perspective of a qualitative methodology, we conclude that the governance networks studied have the role of strengthening the tourist activity in the region, with the aim of regionalizing the municipalities in favor of a valorization of tourism attractions in ways of itineraries. ATUASERRA plays a decisive role in strengthening the rural tourism activity in the region, with CISGA being a consortium of less active role in tourism and more present in projects related to health. The two governances of the Serra Gaúcha Region strengthen tourism activity in the region and work without significant transposition of activities, but their functions are still poorly articulated. The articulation of CONDESUS with CISGA and ATUASERRA is less promising, and this entity's aim is to promote and implement tourism in the cities in the micro region of Campos de Cima da Serra.

Key words: Rural tourism. Cooperation networks. Governance.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMUCSER	Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra
Atuaserra	Associação de Turismo da Serra Nordeste
CISGA	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDESUS	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PGDR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional do Turismo
PRIVETUR	Associação Portuguesa de Turismo Rural
RRN	Programa Rede Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	TURISMO RURAL, GOVERNANÇA E REDES	14
2.1	TURISMO RURAL	14
2.2	REGIONALIZAÇÃO	17
2.3	GOVERNANÇA	20
2.4	REDES E SUAS DIMENSÕES DE ANÁLISE	27
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	37
4	GOVERNANÇAS E REDES DE COOPERAÇÃO DO TURISMO RURAL NA SERRA GAÚCHA	43
4.1	REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL	43
4.2	AS GOVERNANÇAS ATUASERRA, CISGA E CONDESUS – CONTEXTUALIZAÇÃO.	45
4.2.1	ATUASERRA	46
4.2.2	CISGA	48
4.2.3	CONDESUS	50
4.3	AS GOVERNANÇAS E REDES DE COOPERAÇÃO A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	75
	ANEXO A – Instrumentos de Pesquisa Utilizados nas Entrevistas (Secretarias Municipais de Turismo)	81
	ANEXO B – Instrumentos de Pesquisa Utilizados nas Entrevistas (CONDESUS)	83
	ANEXO C – Instrumentos de Pesquisa Utilizados nas Entrevistas (Representantes dos Roteiros)	87
	ANEXO D - Instrumentos de Pesquisa Utilizados nas Entrevistas (CISGA)	89
	ANEXO E - Instrumentos de Pesquisa Utilizados nas Entrevistas (ATUASERRA)	90
	ANEXO F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Participação nas Entrevistas	92
	ANEXO G – Folha Explicativa Sobre a Pesquisa	93

1 INTRODUÇÃO

A economia mundial, caracterizada por uma produção flexível e regulada pelo mercado global, aumenta a competitividade e a desigualdade entre as regiões. Portanto, novas formas de se pensar um ordenamento espacial, distinto ao modelo global, ou seja, pautado nas potencialidades locais e com efetiva participação social, ganham espaço na estrutura das políticas de desenvolvimento.

Esse processo vem ocasionando efeitos que podem ser observados em todos os setores da sociedade seja ele econômico, cultural ou político. Esses efeitos são classificados como positivos por alguns autores, mas negativos por outros, tendo sido alvo de entusiasmados debates, porém sem que se chegue a um consenso sobre o assunto. Para uns a globalização proporciona oportunidades de crescimento e enriquecimento, já para outros é fonte de empobrecimento e de exclusão.

De acordo com Ianni (1993), a globalização não extingue as desigualdades e as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial. Ao contrário, desenvolve umas e outras, recriando-as em outros níveis, com novos ingredientes. As mesmas condições que alimentam a interdependência e a integração, alimentam as desigualdades e contradições.

Para Cristóvão e Miranda (2005), a pressão exercida pela globalização sobre os estados, territórios e pessoas é um forte ingrediente nas crises territoriais e setoriais que são observadas em diversos países, sendo que o valor central desta globalização é o crescimento da “massa monetária” e da economia, não o bem-estar social e o desenvolvimento.

O intenso impacto da globalização sobre as economias e as sociedades rurais pode originar dois tipos de reações: uma de desânimo, onde os agentes produtivos e a população não se sentem capazes de se adaptarem às novas condições impostas por esse processo, podendo acontecer que uma parte da população continue a envelhecer sem esperança e outra parte, mais voluntariosa, opte pelo caminho do êxodo; e outra em que a população local busque aproveitar novas oportunidades, adotando para isso uma atitude proativa de adaptação à nova realidade, que pode ser designada por reestruturação positiva (MOREIRA, 2001).

A partir desse efeito da globalização sobre o campo e da modernização da agricultura, exige-se um novo olhar sobre o rural. O rural entendido como um espaço

de múltiplas riquezas paisagísticas, sociais e culturais faz frente ao modelo homogeneizador, onde a singularidade do lugar passa ser sua maior riqueza.

O espaço rural, segundo Moreira (1994, p. 63),

[...] longe de perder o seu papel de alicerce sobre o qual se edificaram as diversas sociedades, está adquirindo uma importância cada vez mais ampla e essencial, posto que, ao seu tradicional papel de 'alimento' em gêneros e espaço, agrega-se atualmente o de 'alimento' dos espíritos.

No processo de valorização dos espaços locais, o turismo rural entendido como “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2003, p. 18), emerge como estratégia de promoção e inserção social e econômica dos espaços rurais. A exploração e agregação de produtos agrícolas e não agrícolas encontra, na atividade turística, os mecanismos para promoção de um desenvolvimento rural mais sustentável.

A atual fluidez dos espaços econômicos exige uma postura de inovações constantes para manutenção de nichos de mercados. No que diz respeito ao turismo rural, novos mecanismos de regionalização, estruturados na participação de governanças locais, podem criar elos de colaboração entre público-privado na construção e manutenção da atividade turística.

O entendimento da necessidade de envolvimento das governanças locais na gestão e regionalização do turismo, paulatinamente ganha espaço nos Fóruns Regionais de Turismo, realizados no Rio Grande do Sul. No ano de 2011, durante as conferências regionais para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande Sul (2012-2015), representantes das regiões turísticas concluíram que existe uma notável diferença entre os níveis de desenvolvimento e governança das regiões e que deveriam ser criados mecanismos de empoderamento dessas instâncias, com a adequação das atuais microrregiões. Neste processo, as regiões poderiam estabelecer outras formas de organização especialmente para fins de promoção e comercialização.

Segundo a hipótese considerada no estudo mencionado anteriormente, as estruturas de rede de turismo na Serra Gaúcha poderiam criar institucionalidades de

planejamento tático e operacional para ações de desenvolvimento local e regional, construindo espaços de concertação público-privada.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a rede de cooperação entre municípios, especialmente no âmbito das governanças da Mesorregião Nordeste do Rio Grande do Sul, conhecido como Serra Gaúcha.

Especificamente pretendeu-se:

- a) Contextualizar e caracterizar a formação de governanças estudadas nos aspectos relativos à rede de cooperação e regionalização do turismo rural;
- b) Apresentar as estruturas da dimensão organizacional, social e espacial das redes de cooperação entre empreendimento locais de turismo rural e instâncias governamentais: e,
- c) Identificar as contribuições e as dificuldades das diferentes organizações na implementação das redes de cooperação e na regionalização do turismo rural na região.

Partiu-se do entendimento de que era necessária uma investigação detalhada de regiões onde já existe uma estrutura de atuação de consórcios e governanças regionais de turismo. Portanto, como escopo de análise foram selecionados: o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA), a Associação de Turismo da Serra Nordeste (ATUASERRA) e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra (CONDESUS). As instâncias referidas trabalham na promoção do desenvolvimento regional, e é justamente a partir da integração e estruturação de suas ações que foi analisado o processo de regionalização do turismo.

O desenvolvimento desta dissertação inicia-se por uma revisão teórica dos principais conceitos utilizados na pesquisa, definindo, a partir de uma literatura multidisciplinar, o turismo rural, as redes geográficas, as redes de governança, a regionalização do turismo e a caracterização das redes de governança do turismo rural.

No capítulo subsequente, são expostos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, com a apresentação fundamentada dos instrumentos e métodos utilizados.

Após a apresentação dos conceitos e dos métodos utilizados na pesquisa, é exposto, no capítulo seguinte, os resultados do estudo, com análises feitas a partir

das entrevistas realizadas e do conteúdo estudado, contextualizando o turismo e sua regionalização no Rio Grande do Sul e analisando as governanças a partir das categorias de análise propostas.

Por fim, são expostas as considerações finais da dissertação a partir dos resultados obtidos, além de uma rápida exploração de possibilidades de trabalhos futuros e também das principais limitações deste estudo.

2 TURISMO RURAL, GOVERNANÇA E REDES

Esta dissertação faz a análise das governanças e redes de cooperação que atuam nas atividades de turismo rural na região da Serra Gaúcha. O estudo abrangeu como essas instâncias atuam sobre o território e a forma que influenciam na cooperação entre os municípios e nas conexões entre a comunidade, o poder público e os atores privados, entre outras instituições. Por se tratar de uma pesquisa com o intuito de ilustrar as relações econômicas e sociais provenientes dessa atividade e da presença das redes, fez-se necessária a reflexão teórica dos conceitos que permeiam o estudo, com base em aspectos espaciais, sociais e econômicos.

A sequência desse capítulo traz uma rápida apresentação dos conceitos de turismo rural, redes geográficas, governança e da regionalização do turismo rural a partir de uma bibliografia multidisciplinar considerada significativa para a presente dissertação.

2.1 TURISMO RURAL

A temática do turismo rural é multidisciplinar e engloba o conhecimento de áreas da sociologia, economia, geografia, entre outras. Deve-se ter a precaução na utilização de bibliografia sobre turismo rural provenientes da Europa, pelas suas grandes diferenças históricas e econômicas com o Brasil. Além disso, a grande extensão do território brasileiro e as diferenças entre as regiões exigem que a análise dessa atividade seja feita considerando as peculiaridades de cada parcela do território.

O surgimento das atividades de turismo rural, segundo Marafon (2006), se deu na década de 1980, com uma intensificação de suas atividades nos anos 1990. Segundo Tulik (2010), grande parte das primeiras experiências de turismo rural se deu em áreas deprimidas e estagnadas em resultado de crises agrárias. Apesar da literatura considerar o município de Lages, em Santa Catarina, como a primeira região a implementar o turismo rural no Brasil, existem indícios dessa atividade datados anteriores à 1980 (TULIK, 2010).

Antes de adentrarmos na difícil tarefa de conceitualizar o turismo rural, devemos lembrar que o próprio conceito de rural é contestável e multifacetado. Segundo Candiotto (2010), a complexidade do conceito de rural provém da atual

expansão espacial da urbanização e da tecnicização do espaço geográfico. O autor explica que a tecnicização do campo contribui na expansão do turismo rural, visto que, para ter turismo, é necessária a implantação de infraestruturas e equipamentos (CANDIOTO, 2010).

Considerando esta dificuldade em definir o espaço rural, há a necessidade de diferenciarmos o turismo no espaço rural do Turismo Rural em si. Segundo Tulik (2010), tanto na Europa quanto no Brasil, existem divergências entre a utilização do termo Turismo Rural e Turismo no Espaço Rural. Segundo a autora, no entanto, há certo consentimento na denominação de que turismo rural deve estar relacionado, mesmo que estreitamente, ao ambiente rural.

Segundo o Ministério do Turismo, o turismo rural é definido por um: “Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (BRASIL, 2010, p. 18).

O alicerce dessa atividade no campo representa um modo de apropriação dos costumes e da paisagem, uma valorização do cotidiano, da tradição e da preservação do ambiente que agregam valor ao local e os tornam turisticamente atraentes. Os fatores de atração do turismo rural, portanto, estão relacionados justamente com as particularidades inerentes ao campo, os quais contrapõem-se à cidade. Esses fatores estão relacionados aos costumes, à cultura e as formas de produção dos habitantes do campo.

O turismo no espaço rural, por sua vez, pode ser qualquer tipo de turismo situado no campo, como turismo de aventura, social, de saúde etc., não necessariamente relacionado às características rurais tradicionais (CANDIOTTO, 2010). A implementação de um hotel direcionado a convenções de trabalho ou um *spa*, por exemplo, não são considerados turismo rural, mesmo que implementados no espaço rural.

Outro conceito pertinente à diferenciação é o *agroturismo*, que, segundo Beni (2002), refere-se às atividades de turismo rural diretamente relacionadas a produção agropastoril, onde essa atividade é a maior fonte de renda da propriedade e o turismo surge como receita alternativa. Segundo o autor, o turismo, nesse caso, nunca é a receita principal da propriedade.

Constata-se, portanto, que o turismo rural surge e se mantém a partir de uma valorização da cultura e da história do campo, onde:

O turismo não promove o que se chama de um processo de urbanização do campo, com perda da identidade rural. Ao contrário, o turismo vem redefinir a identidade do agricultor ao mesmo tempo em que lhe permite obter maior rendimento econômico e, assim, inserir-se na sociedade moderna mediante uma sociabilidade e um estilo de vida resignificado, sem romper com suas raízes. (BRANDEMBURG, 2010, p. 425)

A valorização dos produtos agrícolas e não agrícolas encontra, no turismo rural, os mecanismos para a promoção de um desenvolvimento rural sustentável. Segundo Sousa (2000, apud CANDIOTTO, 2010, p. 125), “o turismo, no meio rural, é uma atividade que deve ser economicamente sustentável, ecologicamente correta, socialmente justa e verdadeiramente rural”. Os resultados da inovação de utilizar o meio rural para atividades de turismo e de produção de mercadorias torna-se uma importante alternativa à economia tradicional ali estabelecida.

Por ser uma atividade com lógicas de mercado distintas das comuns no meio urbano, deve-se considerar suas particularidades para analisar o desenvolvimento econômico, social e organizacional do turismo rural. É fundamental que se considere os elementos peculiares tanto do ambiente rural quanto dos atores sociais inseridos neste meio para a compreensão dessa atividade e das dinâmicas a ela atreladas.

As fragilidades do processo de implementação e manejo das atividades de turismo no meio rural são inúmeras. Entre os fatores determinantes dessa fragilidade podemos citar a falta de investimentos para a atividade, a fragilidade ambiental das áreas rurais e a resistência dos moradores do campo para diversificarem suas atividades.

O planejamento e ordenamento das atividades de turismo rural com a comunidade onde estão inseridas e nas áreas onde se estabelecem é essencial para o desenvolvimento sustentável da atividade. Segundo Schneider e Fialho (2000), os danos causados pela falta de planejamento são: a descaracterização das áreas após excessivas modificações e intervenções em prol do desenvolvimento das atividades turísticas; os impactos decorrentes do aumento do tráfego de pessoas nas áreas; o desequilíbrio regional ocasionado pela seletividade das áreas de expansão; o aumento da violência e do uso de drogas; e, por último, o aumento do custo de vida

das populações que residem nos locais de forma permanente, especialmente em relação ao custo das atividades de prestação de serviços e do acesso à moradia.

Apesar das resistências e dificuldades encontradas para a implementação e manejo do turismo rural, a atividade vem crescendo e se tornando uma fonte extra de renda para os moradores rurais. Segundo cartilha do Governo do Paraná em conjunto com o SEBRAE, a atividade cresce 30% ao ano (PARANÁ, 2009).

O turismo rural, portanto, é uma atividade importante para a complementação de renda do morador rural e para a valorização do campo. Por ser uma atividade relativamente nova e cercada de fragilidades já citadas, é necessário um planejamento eficaz com o engajamento dos poderes públicos e privados para o desenvolvimento da atividade de modo sustentável e produtivo.

Nesse sentido, é necessário que o desenvolvimento do turismo rural seja feito considerando as fragilidades e trabalhando com os atores envolvidos em rede, fazendo a conexão entre o poder público, poder privado e a comunidade. As governanças têm o papel de trabalhar o turismo rural num conjunto de municípios regionalizados. Para o entendimento desse processo, iremos, na próxima subseção, explorar o conceito de regionalização.

2.2 REGIONALIZAÇÃO

O processo de regionalização do turismo consiste em um mecanismo de ordenamento espacial conduzido pelo Estado com objetivo de planejar a atividade turística (BRASIL, 2007a). O conceito de região adotado pelo processo de regionalização pode variar de acordo com seus objetivos.

A região como categoria espacial é amplamente discutida na Ciência Geográfica, ora enfatizando os aspectos apenas naturais ou integrando as funções de ordem econômica, política e cultural. Considerando que o turismo possui nitidamente uma manifestação espacial, entender e planejar o ordenamento de suas atividades é de suma importância para o desenvolvimento territorial.

Assim como é visto na Ciência Geográfica, o conceito de região no âmbito dos estudos referentes ao turismo assume distintas classificações. Ivars (2001) ao tratar do planejamento turístico dos espaços regionais da Espanha, cita a sistematização adotada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em 1995, que define três tipos

de regiões turísticas, uma relacionada de acordo com a localização geográfica, outra que faz menção as zonas administrativas de escalas e naturezas variáveis e regiões que podem ser definidas pela combinação de critérios. Explorando outras definições de região turística, Ivars (2001) também referencia a obra de Lozzato (1990) que trata da região turística como espaços que concentram certa densidade de turistas e possuem uma imagem característica. Apesar da pluralidade de definições a respeito da região turística, Ivars (2001) menciona que tradicionalmente a região tem sido tratada como unidade de planejamento.

No contexto brasileiro, no que se refere à trajetória da Política Nacional de Turismo, o enfoque territorial foi institucionalizado em 1994 com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, coordenado pelo então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (BRASIL, 2007b). Para promover o turismo de forma sustentável, articulando os Ministérios, a sociedade civil e o setor empresarial, foi criado, em 2003, o Ministério do Turismo, cuja proposta busca promover a gestão descentralizada e participativa das políticas de turismo. Portanto, para elaboração do Plano Nacional de Turismo (2003-2007), o Ministério do Turismo consultou as principais instituições e empresas nacionais representativas do segmento turístico e os secretários estaduais de turismo.

O Plano Nacional de Turismo (2003-2007) serviu de base para construção do Programa Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil lançado em 2004. As discussões promovidas na construção do Programa de Regionalização possibilitaram ajustes no Plano Nacional do Turismo, que passou a estruturar os macroprogramas com base na noção de território e de arranjos produtivos, para estrutura e diversificação da oferta turística.

As referências conceituais presentes no Programa Regionalização do Turismo definem a regionalização como

[...] um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões. Regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada (BRASIL, 2004, p. 9).

O processo de regionalização do turismo, sob a ótica do Ministério do Turismo, portanto, é um processo de descentralização do poder que visa uma participação mais democrática dos agentes públicos, privados e da comunidade nas atividades de turismo.

Esta metodologia originou a Rede Nacional de Regionalização formada pelos atores ligados a atividade turística, com objetivo de estruturar nas regiões e municípios as diretrizes do processo de regionalização. Para governabilidade do processo de regionalização foi criada a “Instância de Governança” organizada a partir das realidades regionais. Outra estratégia determinante para o Programa de Regionalização foi a estruturação do Salão de Turismo- Roteiros do Brasil que além de ser um espaço de negócios tornou-se um espaço de troca de informações entre os segmentos do setor turístico e desta forma, um espaço de diálogo e avaliação (BRASIL, 2013).

Entre as evoluções e resultados alcançados pelo Programa de Regionalização do Turismo, destaca-se a estratégia de definição dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2014): “Os destinos indutores do desenvolvimento turístico regional são aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos”.

A identificação dos destinos indutores foi uma meta do Plano Nacional do Turismo 2007-2010 para melhorar a infraestrutura dos locais capazes de distribuir fluxos turísticos e desta forma criar sinergias locais para consolidação de regiões.

O Plano Nacional do Turismo (2007-2010) manteve a estratégia de ampliar o diálogo entre sociedade e poder público para construção de propostas de redução de desigualdades sociais e desenvolvimento das qualidades regionais.

As avaliações realizadas desde a implantação do Programa de Regionalização em 2004 são sistematizadas na elaboração do Plano Nacional de Turismo 2013-2016. De acordo com o Ministério do Turismo,

Na sua concepção filosófica e conceitual, o Programa de Regionalização do Turismo não sofre alterações. Os ajustes propõem qualificar a concepção estratégica, as ferramentas de gestão e incorporar mecanismos de fomento capazes de provocar e promover concepções inovadoras ao enfrentamento das fragilidades diagnosticadas. (BRASIL, 2013, p. 20)

O processo de regionalização é tido como referência territorial para o planejamento do turismo, desta forma, as premissas que norteiam o Programa de Regionalização do Turismo são a abordagem territorial, integração e participação social, descentralização, sustentabilidade, inovação e competitividade (BRASIL, 2013). A região turística é concebida “como espaço plural e participativo, que amplia as capacidades humanas e institucionais, facilitando as relações políticas, econômicas, sociais e culturais” (BRASIL, 2013, p. 23).

Desta forma, a gestão da regionalização turística hoje presente no território brasileiro assume o compromisso de ser estruturada na gestão compartilhada, onde instâncias locais e regionais possuem um papel de mediadoras do processo de planejamento local com as esferas federais de elaboração de políticas.

A regionalização como política pública do turismo busca, portanto, a integração de municípios a regiões turísticas, para que assim possa se beneficiar de investimentos e ações conjuntas. Essa desconcentração visa beneficiar regiões e municípios que geralmente ficam marginalizados na questão de investimentos públicos (PARANÁ, 2009).

Explorando a importância das instâncias locais de planejamento, a próxima subseção explora o conceito, a criação e a institucionalização de governanças territoriais no processo de regionalização do turismo.

2.3 GOVERNANÇA

A constatação de que é necessário criar instâncias de gestão local para o desenvolvimento de atividades turísticas é confrontada com a falta de inovação, de empreendedorismo e articulação entre instituições governamentais e privadas, fator que pode dificultar a criação ou manutenção de regiões turísticas, com implicações no processo de regionalização do turismo.

Em 1994, através da Lei Estadual nº 10.283, foram criados oficialmente 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Desde sua origem, tais conselhos têm entre seus objetivos efetivar a descentralização das decisões de planejamento do governo, além de oportunizar a sociedade organizada participar na proposição de estratégias de desenvolvimento regional (DALLABRIDA.; ZIMERMANN, 2009, p. 9).

Dinis (2011) ressaltou que os empreendedores rurais devem criar redes extra-locais de cooperação entre instâncias governamentais e privadas a fim de criar ou manter a atividade turística. Já Scott, Bagio e Cooper (2008) destacam que entre as alternativas existentes, destacam-se as redes, as quais podem assumir como mais relevantes para o turismo do que em outras áreas da economia, devido ao fato deste ser, por natureza, uma “indústria em rede”. Tratando da temática da cooperação em rede para atividade turística, Teixeira et al. (2012) destacam que uma das principais características do atual ambiente organizacional tem sido a necessidade de as empresas atuarem de forma conjunta para aumentar a eficiência de suas ações.

Kastenholz *et al.* (2014:124) destacam em seu estudo a necessidade de “criação e fortalecimento das redes entre agentes turísticos da Aldeia/região, incluindo a própria população, de forma a criar uma experiência mais completa e diversificada ao visitante”. Explorando o tema acerca da rede de colaboração entre pequenas empresas, Silva (2004) qualifica o associativismo e as redes entre empresas e organizações territoriais como as formas mais coerentes de colaboração e cooperação. De acordo com o autor, o associativismo permite realizar transações entre agentes públicos e privados com base em acordos formais, “[...] as redes complementam as organizações convencionais e neutraliza os efeitos perversos da burocracia.” (SILVA, 2004, p. 408).

A instância que realiza articulação em rede das iniciativas para o turismo é a Governança Regional, pois reúne os atores da sociedade e o poder público na gestão das ações turísticas. Segundo o Ministério do Turismo (2007):

A Instância de Governança Regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa [*de Regionalização do Turismo*] em âmbito regional.

O termo Governança, segundo Ducci, Pimenta e Teixeira (2010) pode ser definido como a “capacidade [...] que os governos têm de criar condições e de responder às demandas da sociedade” (p. 15). As instâncias são consideradas, aqui, como organizações que contam com participações do poder público e privado, além da participação ativa da comunidade envolvida. A instância de governança, portanto, é o ente organizacional, podendo ser um fórum, consórcio, associação, etc.

Segundo Ckagnazaroff e Abreu (2009) no Brasil o conceito de governança ganha mais atenção na década de 1990 com a reforma do aparelho estatal, sendo que “[...] um dos aspectos desta reforma se refere à municipalização e ao fortalecimento do governo local. A partir desse processo, tem se estabelecido novos formatos de relação entre governo local e sociedade” (CKAGNAZAROFF; ABREU, 2009, p. 7).

As governanças regionais no processo de regionalização do turismo são “responsáveis pela definição de prioridades, pela coordenação das decisões a serem tomadas, pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região turística”. (BRASIL, 2007a, p.16).

Como já foi destacado anteriormente, o processo de regionalização foi alicerçado na premissa de promover um desenvolvimento pautado na abordagem territorial.

A abordagem territorial foi incorporada ao discurso das políticas públicas brasileiras na década de 1990, ganhando força a partir dos anos 2000. Esta consiste em uma forma de gestão descentralizada organizada em instâncias de várias escalas de atuação, onde os atores locais devem participar da construção das estratégias de desenvolvimento traçadas para seu território. O Ministério do Turismo delega para as governanças o papel de intermediar as ações de turismo nos municípios da região com a esfera estatal, enaltecendo seu papel descentralizador.

Na década de 1970 a eficiência coletiva dos distritos industriais da Terceira Itália gerou diversos trabalhos sobre a organização territorial coletiva. SAQUET (2007) destaca a obra “*Tre Italie*” de Arnaldo Bagnasco (1977), cujo entendimento foi “considerar aspectos para além da formação e atuação do Estado, como a ciranda mercantil, questões identitárias locais e outros componentes pertinentes ao desenvolvimento” (SAQUET, 2007, p. 72).

No mesmo sentido, no contexto do desenvolvimento territorial, Cazela; Bonal e Maluf (2009) citam Pecqueur (2004) e a noção de “território construído” como uma esfera multiescalar presente no “território dado”, ou seja, o território do Estado. A dimensão do “território construído” abrigaria a configuração de diversas organizações empresariais e de agentes sociais para resolução de problemas comuns.

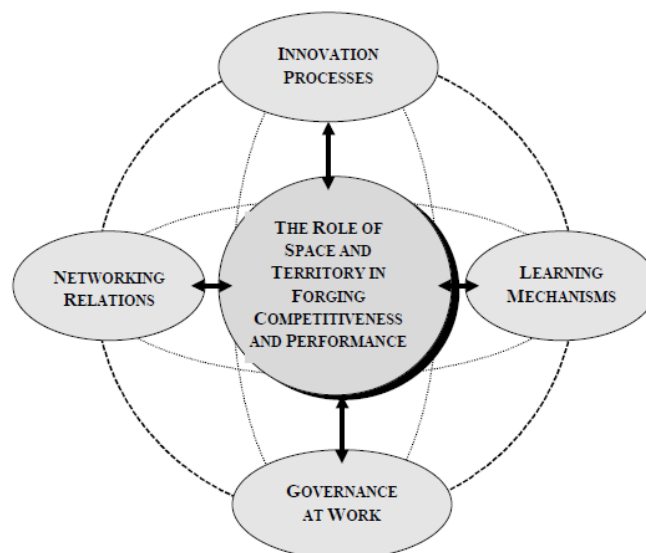
A abordagem territorial tem como premissa a promoção das governanças como elementos mediadores de um desenvolvimento descentralizado e afinado com as

realidades locais. As peculiaridades de cada porção do território e dos aspectos culturais dos habitantes deve ser considerada.

Ao tratar do desenvolvimento local e animação turística Silva (2009), referenciou Bramanti (1999), que abordou os conceitos-chaves para o desenvolvimento territorial, sistematizados em elementos como a inovação; *learning* (aprendizagem); redes; governança.

Na obra de Bramanti (1999) o autor organizou o sistema de desenvolvimento territorial de acordo com a (Figura 1).

Figura 1- The emerging role geography: a diagrammatic view of the four building blocks



Fonte: Bramanti (1999)

O processo de inovação é entendido por Bramanti (1999) como “*motor of growth*”, ou seja, seria um processo coletivo que envolve a interação de agentes públicos e privados na construção do *know-how*, onde a organização territorial assume relevância.

Analisando o processo de inovação, Silva (2009) destacou o papel das redes de colaboração na difusão da inovação, uma vez que as redes criam uma coesão territorial e essas podem se constituir em importantes mecanismos de propagação do conhecimento criando conexões em escala global. Segundo o autor, a governança, dentro da análise territorial do desenvolvimento, está situada no processo organizativo

[...] ou se preferimos, político, que une conceitos (inovação, aprendizagem e redes) na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, e que é dependente da capacidade dos atores e instituições duma região, ou seja, sua densidade institucional (SILVA, 2009, p. 71).

Entre as estruturas de governança, o Ministério do Turismo reconhece que estas podem assumir caráter jurídico diferenciado, como fóruns, conselhos, associações, comitês, consórcio e outros colegiados.

A presente pesquisa contemplou como formas de governança uma associação na forma de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): Atuaserra, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA) e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra (CONDESUS), atuantes na região da Serra Gaúcha.

Ao tratar das associações no âmbito do processo de regionalização o Ministério do Turismo contextualizou a formação e função da OSCIP.

A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP – foi constituída pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, com o principal objetivo de diferenciar e qualificar, dentro do universo do terceiro setor, as organizações que não têm fins lucrativos e que são voltadas para o interesse público. A qualificação possibilita alguns benefícios, tais como recebimento de auxílios do governo federal (aquisição de equipamentos, por exemplo), trabalho com voluntários, possibilidade de firmar Termo de Parceria, entre outros (BRASIL, 2007a, p. 36).

De acordo com o Ministério do Turismo (2007b) a vantagem de se constituir uma OSCIP como forma de governança de turismo é ampliar a capacidade técnica e política na proposição de projetos, articular parceiros e captar recursos.

Tratando dos consórcios intermunicipais estes são entendidos pelo Ministério do Turismo como governanças que possibilitam a consolidação e fortalecimento de regiões turísticas. A esfera de atuação dos consórcios intermunicipais aumenta na década de 1990 com a descentralização das políticas públicas.

O consórcio nos termos do Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007

É pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos (BRASIL, 2005, art. 2º).

Ao construir um debate conceitual, Dieguez (2011) definiu consórcio intermunicipal como: “[...] uma rede federativa em que se constituiu uma arena política de cooperação horizontal entre dois e mais entes federativos municipais, voltada para a produção compartilhada de decisões sobre políticas públicas (DIEGUEZ, 2011, p. 299).

O Ministério do Turismo no documento que orienta a institucionalização das governanças regionais de turismo definiu os consórcios como:

[...] acordos de ação conjunta entre as entidades da administração pública na busca da concretização de objetivos comuns. A distribuição de competências institucionais entre a União, os Estados e os Municípios criou espaços de atuação comum que necessitam de uma ação articulada entre essas esferas de governo (BRASIL, 2007a, p. 45).

Portanto, a ação conjunta dos municípios faz com que sejam otimizadas as ações de turismo na região, ampliando as ações de captação de recursos financeiros e acesso aos projetos.

Entre as competências que podem ser atribuídas aos consórcios são mencionados

- planejar, propor, coordenar, supervisionar e operar ações efetivas relacionadas aos objetivos do Consórcio Intermunicipal; - estimular a atividade turística regional, bem como seus produtos e serviços; - representar o conjunto dos municípios que o integram perante quaisquer outras entidades públicas, de qualquer esfera de governo, ou privadas, no tratamento de questões relativas ao turismo; - divulgar eventos e atividades no âmbito territorial dos municípios que o compõem; - qualificar e otimizar os produtos, os serviços e a atividade turística; - desenvolver serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados, de acordo com programas de trabalho aprovados em Conselho Gestor (BRASIL, 2007a, p. 46-47).

O principal objetivo de uma instância de governança é instituir uma esfera de gestão articulada com os interesses locais, pois no processo de regionalização do turismo, as instâncias são “responsáveis pela definição de prioridades, pela coordenação das decisões a serem tomadas, pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região turística”. (BRASIL, 2007a, p.16).

Dentro de uma concepção de gestão compartilhada o Ministério do Turismo delegou para as governanças o papel de intermediar as ações de turismo dos municípios com a esfera estatal. A Figura 2 mostra a organização da gestão compartilhada.

Figura 2- Gestão compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo

Âmbito	Instituição	Colegiado	Executivo
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Fonte: Brasil (2013)

A interlocução realizada pelas instâncias de governança regional está alicerçada no trabalho articulado em redes. Embora o conceito de redes no entendimento do Ministério do Turismo seja no sentido de conectar ações que estimulem a cultura associativa e participativa, as redes sociais de colaboração possuem uma materialidade real e espacial de suas ações.

A atividade turística articula redes sociais, econômicas e políticas que, especializadas, ganham dimensão geográfica, por exemplo, a rede de hotéis, agências e pontos turísticos, são elementos espaciais localizáveis, ou seja, são fixos que estabelecem inúmeras relações com os fluxos de informação, capital, poder.

Portanto, entendendo ser um importante instrumento de análise na regionalização do turismo, a próxima seção abordará o conceito de redes geográficas.

2.4 REDES E SUAS DIMENSÕES DE ANÁLISE

O turismo rural difere-se de outras atividades econômicas por compreender uma sociedade e um espaço rural, ou seja, com características diferenciadas da sociedade urbana com altos graus de tecnicidade. A prematuridade da atividade exige que os atores trabalhem em conjunto para a evolução social e econômica da comunidade envolvida, aumentando a eficiência de suas ações (TEIXEIRA et al., 2012). Existem entidades e associações que auxiliam na evolução em conjunto dos territórios envolvidos em atividades de turismo rural, agindo de forma organizacional sobre as redes geográficas estabelecidas.

Para a Ciência Geográfica a rede é um elemento intrínseco no estudo das organizações sociais sobre o espaço. Os primeiros estudos que tratam da rede como elemento organizador do espaço surgem no século XIX atrelados ao processo de aceleração dos fluxos de produção e comercialização. Dias (1995) destaca os estudos de Sant Simon (filósofo e economista, francês) que em sua obra "*Le nouveau Christianisme*" defendia a criação de um Estado organizado por cientistas e industriais, fazia apologia ao trabalho reprovando o tempo de ócio, pois este seria inútil na sociedade industrial.

A partir das ideias presentes nas obras de Sant Simon, em 1882 engenheiros como Michel Chevalier passam a utilizar o termo redes para tratar da integração entre redes de comunicação, conectando estradas de ferro, canais fluviais e a circulação de bens materiais e imateriais como no caso dos capitais.

Segundo Dias (1995) em 1865 o engenheiro Leon Lallane propôs um projeto de redes férreas integrando mercados regionais, sendo este o primeiro ensaio teórico consagrado às redes. Os capitais ganham destaque com a obra do geógrafo Jean Labasse (1955) 'Os capitais e a região', pois nesta obra o autor mostra a febre bancária na França e a junção do capital com a rede material das vias de comunicação férrea.

Para o entendimento da organização espacial, Von Thünen (1896) e Weber (1909), elaboraram modelos de análise na busca de decifrar a dinâmica espacial da economia. Em 1933 Walter Christaller elabora a Teoria dos Lugares Centrais e a partir do modelo elaborado fez menção a análise da atividade turística. O avanço técnico do capitalismo e sua divisão internacional do trabalho faz com que se organize uma rede

hierarquizada de distribuição varejista e de serviços, que são especializados de acordo com sua importância criando localidades centrais e periféricas.

Transpondo esse entendimento para áreas turísticas, Christaller (1963), comparou grandes cidades que centralizam produtos e serviços e áreas periféricas onde predominam a oferta de espaços naturais, inferindo que a atividade turística podia ser uma forma de descentralizar capitais para áreas periféricas as quais apresentariam melhores condições para localização de lugares turísticos. Na teoria de Christaller existe uma relativa imobilidade dos produtos, serviços e consumidores, o que não se aplicaria a fase atual marcada pela fluidez dos espaços em termos de capital e técnica.

A acumulação flexível e a descentralização da produção potencializada pelo dinheiro e capital estão intrínsecas na produção e formação das redes no período pós-moderno (SANTOS, 2006). Para Moreira (2007) o aumento da mobilidade territorial de pessoas, produtos e objetos criou inúmeras redes de circulação. Este processo intensificou a desterritorialização e a construção de novos territórios.

Ao tratar das abordagens teóricas sobre território e rede, Haesbaert (2007) sistematiza três grandes abordagens sobre o território e a rede: uma que subordina a rede ao território; outra que dicotomiza território e rede e outra que percebe o território e rede juntos. Esta última é a visão defendida por Haesbaert, pois o território “é sempre composto por áreas ou zonas, nós ou polos e linhas e fluxos que, articulados, configuram redes” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 141).

Os conceitos intrínsecos à rede extrapolam o nível espacial, relacionando ideias de poder, fluidez de informação, componente de tempo e espaço, entre outros. A dinamicidade do conceito é explicada por Haesbert (2004), da seguinte maneira:

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão (‘ação à distância’, como destaca Machado, 1998) e ‘profundidade’, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2004, p. 286-287).

Haesbaert (2004), portanto, percebe o território e a rede juntos, e não subordinados um ao outro ou dicotomizados. Para o autor, a rede pode ser um elemento constituinte do território, com o duplo caráter de territorializar e desterritorializar, “o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser, ora de sustentação, mais interno ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais externo ou desarticulador dos territórios” (HAESBAERT, 2004, p. 294).

Na atualidade, existem redes locais e globais, de complementaridade e de sinergia, onde a organização dos fixos e a velocidade dos fluxos estão diretamente ligadas aos centros de decisão. Desta forma, os processos de territorialização e desterritorialização são determinados pelos centros hegemônicos de capital e poder. Neste sentido, para Raffestin (1993, p. 157), “[...] toda rede é uma imagem do poder ou, mais especificamente, do poder do ou dos atores dominantes.”.

É neste sentido que o estudo das redes aplicado às práticas espaciais, ou seja, atividades da sociedade projetadas espacialmente, ganha relevância, pois o poder presente nas relações em rede está em todo o lugar.

A dimensão do poder se faz presente na dimensão social e política das redes geográficas e hoje é uma forma organizacional incentivada pelo Estado para dinamizar e criar vantagens competitivas de territórios menos densos de capital, técnica e informação. Na escala global existe um controle de grandes corporações no domínio das principais redes de comunicação e circulação, onde os fixos, ou seja, os centros emissores do poder se concentram nos países desenvolvidos.

Entre as definições atribuídas à rede, Santos destaca que se pode dividir em duas grandes matrizes: “a que considera apenas o seu espaço, a sua realidade material, e outra, onde é levado em conta o dado social” (2006, p. 176).

A definição de redes adotada nesta pesquisa é a definição apresentada por Corrêa (2012), que considera que

As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas outras esferas da vida (CORRÊA, 2012 p. 200).

O estudo das redes aplicado a uma determinada atividade econômica como o turismo é imprescindível, pois a partir da rede geográfica e suas múltiplas escalas de

ação, é viabilizada uma análise mais ampla para entender como se organiza territorialmente o trabalho.

De acordo com Castells (1999, p. 565), as “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica das redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos de experiência, poder e cultura”.

As redes aplicadas ao turismo, a partir das ações das Instâncias de Governanças, assumem um caráter de cooperação e colaboração. O Ministério do Turismo (2007b, p. 17), define a rede por seus objetivos da seguinte maneira:

Na prática, o objetivo da Rede para o Turismo é fazer com que seus integrantes, as pessoas - físicas ou jurídicas - consigam colaborar entre si, compartilhar conhecimentos, capacitar-se, dividir riscos e responsabilidades, conquistar novos mercados, reduzir custos, qualificar produtos e serviços, e ainda desfrutar dos acessos à novas tecnologias. (BRASIL, 2007, p. 17).

A atuação em rede descentraliza as ações voltadas para o turismo, reduz os custos operacionais da atividade e potencializa as vantagens locais. Desta forma, a organização em rede seria uma importante estratégia para regionalização de áreas turísticas, pois envolve os atores locais no processo de construção da identidade das áreas turísticas e ao mesmo tempo cria vantagens competitivas:

No contexto do turismo, redes são iniciativas voltadas para o desenvolvimento da cultura associativa e participativa muitas vezes já existente na comunidade, embora nem sempre percebida. Seu maior desafio é fortalecer a capacidade de relacionamento do ser humano com seus semelhantes. (BRASIL, 2007b, p. 17).

A organização em rede também foi evidenciada como estratégia para alavancar a atividade turística no território português, tomando por base o projeto “5x5 Redes Temáticas Integradas de Turismo Rural” da Associação Portuguesa de Turismo Rural (PRIVETUR) integrado ao Programa Rede Rural Nacional (RRN), a estratégia central foi a abordagem em rede. O termo rede foi citado no sentido organizacional e na organização do trabalho estabelecendo parcerias.

Considerando a relevância que as redes assumem no estudo e na gestão das atividades turísticas, o tema ganhou espaço nos estudos acadêmicos voltados para temática. Sistematizando alguns estudos que trataram das redes no turismo foram identificados trabalhos que utilizaram o termo rede de negócio, rede social, rede de

cooperação, rede territorial, rede de gestão e rede política, termos que convergem para a dimensão organizacional, mas são termos direcionados para um enfoque específico.

Ao tratar das relações estabelecidas entre as diversas empresas turísticas, Donaire; Silva; Gaspar (2009) analisaram a rede de negócios do turismo, suas características e implicações. A rede de negócios foi definida como “uma configuração de relações entre atores sociais, ou seja, um grupo de organizações ligadas por um ou diversos tipos de relacionamentos” (DONAIRE; SILVA; GASPAR, 2009, p. 116).

Ao abordar o papel da rede como formadora de um capital voltado para criação de novos empreendimentos, os autores Ducci, Pimenta e Teixeira (2010) utilizaram o termo rede social equiparando ao conceito de capital social empreendedor, onde as redes assumiriam o papel de mobilizar novos empreendimentos. Birley (1985) destacou que na formação de um novo empreendimento, além das redes formais de informação, o empreendedor também busca o auxílio das redes informais pautadas em laços sociais de confiança e colaboração.

As redes de cooperação foram exploradas no estudo de Cunha; Cunha (2006), associadas ao processo de clusters turístico.

[...] cluster turístico está associado a um conjunto de empresas e instituições vinculadas a oferta de um produto ou um conjunto de produtos turísticos. Estas empresas e instituições estão espacialmente concentradas e estabelecem entre si relações verticais (dentro da cadeia produtiva do turismo) e horizontais (envolvendo o intercâmbio de fatores, competências e informações entre agentes vinculados a oferta dos produtos turísticos) (CUNHA; CUNHA, 2006, p.61-62).

As conexões estabelecidas criam redes de colaboração de diferentes escalas desde o nível local ao global. Ao tratar da rede de cooperação em pequenas empresas do setor turístico Silva (2004) ao citar Schimitz (1996) retomou o conceito de eficiência coletiva, que seriam empresas organizadas sobre a forma de cooperação e que conseguem obter ganhos que no nível individual não alcançariam, pois, a cooperação empresarial é um fator que ajuda a superar limitações e aumentar a competitividade. Para tanto, os efeitos de proximidade e aglomeração permite reduzir os custos e favorece a criação de economias em rede. No mesmo sentido Czajkowski; Cunha (2010) utilizaram as redes de cooperação para analisar aglomerados de turismo rural e Teixeira et al. (2012) desenvolveram um estudo enfatizando o termo redes de cooperação no âmbito de empresas hoteleiras.

Carvalho (2009) utilizou o termo rede territorial para designar ações de organização em rede em escalas locais para a promoção e gestão participativa do turismo em Aldeias do Xisto (Centro de Portugal). O autor debateu a importância da elaboração de um plano estratégico para atividade turística, destacando que:

Um plano estratégico é a definição de um projecto de incidência espacial que unifica diagnósticos, combina e concretiza acções públicas e privadas e estabelece um quadro de mobilização e de cooperação dos actores sociais. Trata-se, fundamentalmente, de um instrumento de apoio à tomada de decisões e ao mesmo tempo, uma proposta de responsabilidade partilhada que coloca grandes desafios para a modernização do território e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. As propostas de acção, na sequência de uma análise de oportunidades, representam uma base de trabalho para o diálogo e a contratualização. (CARVALHO, 2009, p.1423).

O planeamento estratégico e participativo, portanto, seria uma peça fundamental para gestão das atividades turísticas. Romeiro (2009) empregou o termo redes de gestão para a competitividade do setor turístico, ao tratar do caso do Valle del Jerte (Estremadura, Espanha). A autora analisou a rede empresarial formada e seu potencial de inovação e competitividade. Ao citar Menguzzato (1995), Romeiro (2009) sintetizou três fundamentos que explicam a funcionalidade das estruturas organizacionais em rede:

i) a lógica económica, que recorre à teoria dos custos de transacção; ii) a lógica estratégica, baseada no acesso a novos mercados e recursos, na obtenção de economias de escala e de uma maior flexibilidade, e iii) a lógica organizacional, apoiada na teoria dos recursos e capacidades para abordar o funcionamento em rede como um instrumento de aprendizagem organizacional (ROMEIRO, 2009, p. 4163).

Para analisar a realidade de Valle del Jerte (Estremadura, Espanha), Romeiro (2009) estruturou sua análise na Metodologia da Análise de Redes Sociais que permite analisar as relações estabelecidas entre os distintos atores, associado a um conjunto de técnicas e índices (de centralidade, prestígio, etc.) explorados por Wasserman; Faust (1994). Resumindo as considerações de Romeiro (2009), o estudo constatou que a gestão em rede do turismo rural da região atua como impulsionadora das inovações em termos de estruturação, diversificação e valorização dos produtos e serviços, passando pela gestão, promoção e comercialização.

Considerando a dimensão da gestão na atividade turística, Endres (2003) utilizou o termo rede política e discutiu o processo de descentralização das ações do

Estado no processo de planejamento do turismo. As redes políticas seriam importantes canais para atender as demandas do setor turístico. A complexidade do setor turístico é determinada pela multiplicidade de segmentos que o compõem e que exige uma ação conjunta de órgãos governamentais, empresários, associações e comunidade. Para isso, de acordo com Endres (2003), as redes políticas criam uma nova governança entre Estado e sociedade.

Diante do exposto, as abordagens que tratam de turismo e redes não são estanques e muitas aparecem com denominações diferentes, porém sinônimas, pois se referem ao mesmo processo, mas com o emprego de termos distintos. Retomando o entendimento de que rede geográfica é uma construção social projetada espacialmente, a atividade turística e suas redes podem ser analisadas de forma integrada nas dimensões de análise organizacional, temporal e espacial propostas por Corrêa (2010) e que comportam os subsistemas presentes na atividade turística.

Para atender os objetivos referentes ao problema de pesquisa, parte-se do entendimento, portanto, que a estrutura de análise empregada por Corrêa (2001), no estudo da dimensão organizacional, temporal e espacial das redes, seja adequada para averiguar a rede de cooperação na região de estudo. A rede proposta por Corrêa refere-se a rede geográfica, cujo entendimento remete a uma construção social espacializada, ou seja, materializada em termos de espaço absoluto sem, no entanto, esquecer as dimensões relativas e relacionais. Desta forma foi empregada uma adaptação da análise do autor sistematizada de acordo com a figura 3.

Figura 3 - Sistema de análise de pesquisa

Redes analisadas segundo		Especificação	Exemplos
Dimensão Organizacional	Agentes sociais	Estado	Entes públicos e privados que participam
		Empresas	
		Instituições	
		Grupos sociais	
	Origem	Planejada	Contexto em que se formou a rede
		Espontânea	
	Natureza dos fluxos	Mercadorias	Identificação do tipo de produto ou serviço prestado
		Pessoas	
		Informações	
	Função	Realização	Natureza dos serviços oferecidos
		Suporte	Recursos humanos e infraestrutura
	Finalidade	Dominação	Objetivo da rede, se dominação, lucro ou solidariedade
		Acumulação	
		Solidariedade	
Existência	Real	Articulada por canais de comunicação ou informação, apenas virtual	
	Virtual		
Construção	Material	Elementos materiais e imateriais que unem fixos e fluxos	
	Imaterial		
Formalização	Formal	Existência de estatuto, normas	
	Informal		
Organicidade	Hierárquica	Pontos que centralizam a emissão dos fluxos ou complementam outra rede	
	Complementaridade e		
Dimensão Temporal	Duração	Longa	Início das atividades
		Curta	
	Velocidade dos Fluxos	Lenta	Estratégias de circulação de informações e produtos
		Instantânea	
	Frequência	Permanente	Circulação de informações e produtos
		Periódica	
Ocasional			
Dimensão Espacial	Escala	Local	Abrangência da rede
		Regional	
		Nacional	
		Global	
	Forma espacial	Solar	Projeção espacial da rede
		Dendrítica	
		Círculo	
		Barreira	
Conexão	Interna	Fluxos integrados, Fluxo pouco integrado	
	Externa		

Fonte: Elaboração própria (2016)

As dimensões de análise das redes geográficas utilizadas por Corrêa (2010) serão utilizadas no presente trabalho com a adequada aplicação aos fenômenos de

turismo rural e regionalização da área de estudo. Segundo o autor, cada dimensão básica é independente das outras e envolvem a estrutura interna, o tempo e o espaço.

A dimensão organizacional das redes geográficas é relacionada com o tempo e o espaço e abrange os seguintes elementos: os agentes sociais (Estado, empresas, instituições e grupos sociais), a origem da rede (se foi planejada ou criada de forma espontânea), a natureza dos fluxos (mercadorias, pessoas, informações), a função (realização ou suporte), a finalidade da rede (dominação, acumulação, solidariedade), a existência (real ou virtual), a construção (material ou imaterial), a formalização (formal, informal) e a organicidade (hierárquica e complementaridade).

Dentro da abordagem da dimensão organizacional, podem ser consideradas as associações e consórcios envolvidos no processo de gestão e promoção do turismo rural, as quais foram analisadas no decorrer desta dissertação. A presença de atores públicos e privados e como se dá essa conexão também foram incorporados na presente dimensão, cuja análise foi realizada, da mesma forma, no decorrer do estudo.

A natureza dos fluxos divide-se em mercadoria, pessoas e informação. Aplicado ao contexto turístico, a 'mercadoria' seria o tipo de produto prestado, o item 'pessoas' seria o público alvo e o elemento 'informação' retrata a motivação na escolha dos destinos turísticos, ou, por exemplo, ao estudar-se uma associação de turismo, poderá ajudar a entender a gestão de suas atividades.

A dimensão temporal delimitada por Corrêa abrange o conhecimento da duração da rede (longa, curta), da velocidade dos fluxos (lenta ou instantânea), e da frequência (ocasional, periódica ou permanente). Esta temporalidade, no caso do estudo do turismo, pode ser relacionada à velocidade dos fluxos em relação ao escoamento de pessoas na inserção no local turístico, e a duração, onde redes se estabelecem de forma ocasional em ocasiões de festividade ou de forma permanente, como em redes hoteleiras estabelecidas.

A dimensão espacial, por sua vez, abrange a análise da escala (local, regional, nacional, global), da forma espacial (solar, dendrítica, circuito, barreira) e das conexões (internas e externas). A escala de análise torna-se significativa aplicando-se aos casos de turismo, já que a influência das áreas e da divulgação da atividade pode atuar em diferentes escalas dependendo dos fatores de desenvolvimento, aporte de capital, influências políticas, entre outros. Segundo Rodrigues et al (2011, p. 37),

A identificação dos centros de comando e de circulação de produtos, informações e pessoas, no âmbito das atividades turísticas, permite-nos dimensionar a organização espacial da atividade criando estratégias para melhorar a sua distribuição e circulação.

Estabelecido o conceito de rede e suas relações com os termos correlacionados, como espaço, território e região, postula-se que o estudo dessas estruturas poderá ser de suma importância na análise de atividades econômicas como o turismo rural. Na sociedade atual globalizada, as desigualdades entre as regiões são excessivas, e as redes de cooperação auxiliam no desenvolvimento conjunto em prol de uma evolução econômica e social mais igualitária, criando institucionalidades de planejamento cujas estratégias estão centradas nas vantagens competitivas.

A compreensão das categorias de análise das redes geográficas permite um estudo da atividade turística sob múltiplos olhares e escalas, auxiliando no entendimento das relações resultantes dessa atividade e nos elementos que estão presentes na sua estrutura espacial, social, política e organizacional.

A partir da revisão bibliográfica esquematizada no presente capítulo, juntamente com os dados coletados em entrevistas e analisados no decorrer do estudo, foi possível fazer uma análise das redes de governança e da regionalização do turismo rural na Serra Gaúcha. Os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração desta dissertação serão apresentados no próximo capítulo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

No intuito de atender os objetivos estabelecidos nesta dissertação, foi utilizada uma abordagem qualitativa a fim de analisar os aspectos de governança e redes de cooperação no turismo rural. O método qualitativo é o mais adequado para a análise dos fenômenos estudados pois as relações sociais e políticas exploradas não são mensuráveis em nível quantitativo. Segundo Veal (2011, p. 264),

Os métodos qualitativos exigem uma abordagem mais flexível e recursiva no planejamento e na condução geral da pesquisa [...]. A realidade não é construída de forma objetiva, mas social e subjetivamente, os pesquisadores são vistos como parte do processo de pesquisa, buscando significados ocultos dos temas.

A pesquisa qualitativa, segundo Flick (2008), usa o texto como material empírico, em contrapartida à utilização de dados numéricos referentes à pesquisa quantitativa. O autor também cita que esse tipo de estudo “parte da noção da construção social das realidades em estudo e está interessada nas perspectivas dos participantes” (2008, p. 16).

O posicionamento do pesquisador na pesquisa qualitativa é dito como “observador do mundo” (FLICK *apud* DENZIN; LINCOLN, 2005), onde as práticas e materiais utilizados transformam as anotações, observações, entrevistas e dados secundários em uma série de representações, requerendo uma postura interpretativa a partir desses dados.

A interpretação dos dados qualitativos é feita de forma contínua durante o processo de construção das ferramentas de pesquisa, de fundamentação teórica e de análise dos resultados. De acordo com Charmaz (2009), a construção de elementos conceituais e metodológicos pode ser modificada no decorrer da pesquisa, na medida em que se constata necessidades a partir de resultados preliminares.

A análise documental, como uma técnica de pesquisa e parte da pesquisa qualitativa, consistiu-se no levantamento e avaliação de documentos como relatórios escritos, documentos administrativos, documentos internos, recortes de jornais, artigos existentes na mídia de massa, *home pages* ou em informativos internos. Para Gil (1999), existe a distinção entre levantamento bibliográfico e documental. No âmbito desta dissertação a utilizou-se a pesquisa documental onde foram analisados

documentos que não receberam um tratamento analítico, diferente da bibliografia, que seria a contribuição teórica de diversos autores sobre um tema em específico.

Os dados secundários selecionados para a elaboração desta dissertação foram, principalmente, materiais oficiais das prefeituras e instituições investigadas, como seus regimentos internos, resoluções e portarias. Além disso, obteve-se acesso a materiais de divulgação dos roteiros turísticos da região de estudo, fornecidos pelas Secretarias Municipais de Turismo visitadas e pelas próprias sedes das governanças que permeiam o estudo.

Além da utilização dos dados secundários para a redação desta dissertação, estas informações serviram de base para a confecção dos roteiros de entrevistas semiestruturados. O estudo prévio das instituições e das áreas de turismo rural investigadas qualificaram a direção das perguntas realizadas, visando um melhor aproveitamento do tempo e das informações nas entrevistas *in loco*.

O trabalho de campo, ao combinar mais de uma coleta de evidências convergiu, para a técnica de métodos mistos¹. Para o planejamento do trabalho de campo foi necessário estabelecer a amostragem a ser utilizada, ou seja, o escopo de análise. Primeiramente, faremos exposição da escolha da área de estudo da dissertação.

A Região da Serra Gaúcha mostra-se como uma área significativa para o presente estudo por demonstrar grande importância na área do turismo no estado do Rio Grande do Sul. O desenvolvimento do turismo na região é abundante, sendo o turismo rural menos proeminente, ainda que existam roteiros e propriedades significativas e desenvolvidas de formas a serem consideradas para representar as relações investigadas. Além disso, as entidades de governança ali presentes já estão bem estabelecidas, dando a possibilidade de análise de redes cooperação intermunicipais através dessas instâncias.

A escolha pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA), a Associação de Turismo da Serra Nordeste (ATUASERRA) e Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável dos Campos de Cima da Serra (CONDESUS) justificou-se pelo fato de serem governanças que atuam na região da Serra Gaúcha promovendo o desenvolvimento das atividades turísticas de forma integrada.

¹ De acordo com Creswell (2007), o emprego de técnicas mistas complementa as lacunas de cada método, ou seja, informações de ordem quantitativas podem enriquecer dados qualitativos e vice-versa.

Para identificar os empreendimentos de turismo rural relacionados com as governanças analisadas foi utilizada uma amostragem intencional não probabilística. A amostra intencional é descrita por Richardson (1999) como uma representação onde seus elementos

[...] relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano das hipóteses formuladas pelo pesquisador. Se o plano possuir características que definam uma população, é necessário assegurar a presença do sujeito tipo. Desse modo, a amostra intencional apresenta-se como representativa do universo. Entende-se por sujeitos-tipos aqueles que representam as características típicas de todos os integrantes que pertencem a cada uma das partes da população (RICHARDSON, 1999, p. 161).

Dessa forma, para definir o universo de análise, foram entrevistados os representantes públicos dos municípios consorciados do CISGA e os participantes da ATUASERRA dos referidos municípios: Bento Gonçalves, Garibaldi e Veranópolis. Para contemplar a área de atuação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS) da Região Campos de Cima da Serra, foi realizada a entrevista no município sede do consórcio, Vacaria e no município de Ipê.

Do ponto de vista das governanças analisadas, obteve-se acesso aos principais representantes de cada entidade (diretores executivos e gestores). Sob a perspectiva dos empreendimentos de turismo rural e suas conexões com essas governanças, o acesso aos representantes de roteiros foi essencial para o entendimento do papel das governanças e das redes de cooperação. Nesse sentido, obteve-se acesso aos representantes dos roteiros turísticos rurais. Além disso, a ótica do poder público foi representada pelo acesso obtido às Secretarias Municipais de Turismo dos municípios da região de estudo.

De acordo com a disponibilidade dos atores entrevistados foram realizadas oito entrevistas entre 14 de abril de 2016 e 21 de dezembro de 2016, onde foram entrevistados: a diretoria executiva da ATUASERRA (14/04/2016 em Bento Gonçalves), o Secretário Municipal de Turismo de Bento Gonçalves (14/04/2016 em Bento Gonçalves), a turismóloga e representante do roteiro Termas e Longevidade (20/04/2016 em Veranópolis), a representante do roteiro Caminhos de Pedra (19/05/2016, em Bento Gonçalves), a representante do CISGA (16/06/2016 em Garibaldi), o representante do roteiro Estrada do Sabor (16/06/2016 em Garibaldi), a diretora executiva do CONDESUS (22/07/2016 em Vacaria), a Secretária Municipal de Turismo de Ipê (21/12/2016 em Ipê).

Para a coleta de dados na forma de entrevistas, foi utilizado o método de entrevistas intensivas (CHARMAZ, 2009), considerada vantajosa para a obtenção de dados qualitativos, a qual “permite um exame detalhado de determinado tópico [...], e, dessa forma, representa um método útil para a investigação interpretativa” (CHARMAZ, 2009, p. 46). Nesse tipo de entrevista, o participante entrevistado é quem mais fala e as informações devem ser selecionadas no momento pós-entrevista.

Além das entrevistas realizadas, é importante salientar que cada visita era uma oportunidade de observação do ambiente, com a atenção para aspectos paisagísticos, infraestruturas existentes e para outros itens observados durante todo o tempo em que a pesquisa de campo foi realizada.

No processo de pesquisa de campo e realização de entrevistas, todas as entrevistas foram feitas de maneira presencial, com o deslocamento dos entrevistadores aos locais de trabalho dos entrevistados. Utilizamos um gravador para que as transcrições fossem realizadas posteriormente às entrevistas, deixando o entrevistador e o entrevistado livres para desenvolver a conversa. Além disso, anotações foram feitas e materiais foram coletados, como folders, documentos e outros materiais de publicidade sobre os roteiros turísticos rurais.

Os questionários foram elaborados a partir do atendimento dos objetivos específicos da pesquisa. As questões referiam-se, principalmente, às atividades de turismo rural mais significativas das regiões, às dinâmicas governamentais, sociais e econômicas que permeiam o turismo rural, às entidades e atores envolvidos no desenvolvimento e manutenção do turismo rural nos municípios, sendo eles públicos ou privados, às relações entre os municípios, as secretarias e as diferentes esferas envolvidas no turismo rural e aos benefícios e dificuldades encontradas na implementação e manutenção do turismo rural na região. Os questionários utilizados nas entrevistas presenciais estão anexados no final desta dissertação.

Após as entrevistas, as transcrições das entrevistas foram realizadas a partir dos áudios gravados. Nesta etapa, foi possível fazer uma pré-identificação das informações mais importantes adquiridas nas entrevistas, para uma posterior análise dos dados completos e aproveitamento para a análise dos resultados desta dissertação.

Ao tratar dos métodos empregados em uma análise qualitativa, Alves e Silva (1992) colocam que os estudos deram preferência à uma proposta de entrevistas

definidas como semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas foram compostas por perguntas que contemplavam a dimensão organizacional, temporal e espacial que compõe o sistema de análise da rede geográfica. Os instrumentos foram compostos por um roteiro de perguntas fechadas e abertas. Segundo Veal (2011), com a utilização de um roteiro, é possível realizar entrevistas em profundidade, onde a quantidade de informações levantadas é elevada, a partir de uma entrevista mais longa e subjetiva em contrapartida a questionários fechados e diretos.

Também foram realizadas entrevistas não estruturadas, onde o entrevistador teve a liberdade de conduzir a sequência da entrevista, sendo elas formais ou informais. Após a entrevista com a representante do CISGA, no dia 16 de junho de 2016, foi realizada uma entrevista não estruturada com o representante do roteiro Estrada do Sabor, do município de Garibaldi. A entrevista formal ou espontânea é recomendada:

[...] nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então favorecer visão aproximada do problema estudado. Nos estudos desse tipo, com frequência, recorre-se a entrevistas informais com informantes-chaves, que podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacadas, etc. (GIL, 1999, p. 119).

A apuração dos resultados das entrevistas ocorreu mediante as seguintes etapas:

- a) transcrição das entrevistas a fim de organizá-las;
- b) consistência prévia das informações obtidas;
- c) elaboração do esquema de análise das informações através do estabelecimento de categorias e padronização das respostas.

Após pesquisa de campo, os dados foram analisados e interpretados. De acordo com Gil (1999), estes dois processos se diferenciam:

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p. 168).

Desta forma, foram seguidos os passos de análise qualitativa citados por Goode e Hatt (2004), para a posterior interpretação de dados: esclarecer o que se deseja obter dos materiais; estudo cuidadoso das entrevistas transcritas; estabelecer

categorias para classificação dos dados; ajustar os dados a cada categoria adequada; e interpretação de todas as respostas.

Portanto, na fase de análise, os dados coletados em campo foram organizados. Foram criadas categorias para organização das entrevistas, uma vez que, sendo compostas por questões abertas, as respostas tendem a ser as mais variadas (Gil, 1999). As categorias foram estruturadas em:

- a) uma contextualização do município ou entidade com base nas atividades de turismo rural;
- b) relações entre a entidade e outras esferas públicas ou privadas;
- c) aspectos de governança e rede de colaboração observadas pelo entrevistado;
- d) possibilidades e limitações do turismo rural na região, juntamente com a exposição da opinião pessoal dos entrevistados sobre o desenvolvimento da atividade e do papel das governanças.

Sendo assim, a partir das entrevistas realizadas, os dados foram selecionados a partir de sua importância e significância para a dissertação a ser elaborada. Ademais, as informações coletadas nas entrevistas foram complementadas pelos dados secundários coletados na etapa anterior às coletas de campo.

Sobre as categorias de análise, elas foram pré-elaboradas anteriormente à pesquisa de campo e com o auxílio da pesquisa exploratória realizada. Assim, as categorias estavam predefinidas, a partir da suposição de respostas possíveis a cada pergunta, e ajustadas conforme as respostas obtidas após a coleta de dados. Sendo assim, foram elaborados indicadores e categorias de acordo com os temas que surgiram nos textos transcritos destas entrevistas e o que eles têm em comum, a fim de permitir o agrupamento dos elementos dos textos e fundamentar sua interpretação. Dencker (2000) sugere critérios para a classificação dos dados em categorias. Segundo o autor, não é possível haver mais de um critério para uma mesma classificação, as categorias devem ser suficientes para abranger cada um dos indivíduos e as categorias devem se excluir mutuamente.

O quadro 1 apresenta a totalidade das estratégias de investigação que foram utilizadas na pesquisa e as etapas onde foram empregadas.

4 GOVERNANÇAS E REDES DE COOPERAÇÃO DO TURISMO RURAL NA SERRA GAÚCHA

A partir da análise dos dados coletados durante o processo investigativo, foi possível analisar aspectos inerentes às redes constituídas, os quais contribuem para a implantação e regionalização do turismo rural.

Esta seção da dissertação irá apresentar os resultados obtidos a partir da pesquisa documental e presencial, descrevendo e analisando o funcionamento das governanças estudadas (ATUASERRA, CISGA e CONDESUS) a partir do referencial teórico e metodológico empregado.

Antes de iniciar a análise e contextualização das dimensões organizacional, temporal e espacial das redes, é pertinente que, brevemente, seja contextualizado o processo de regionalização do turismo no Rio Grande do Sul.

4.1 REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL

A atividade turística no Rio Grande do Sul é oficializada em 1959 com a criação do Conselho Estadual de Turismo e o Serviço Estadual de Turismo, sendo que o primeiro zoneamento turístico do Estado é realizado em 1976, com a finalidade de identificar zonas e subzonas¹ turísticas, para planejamento e investimento. A determinação das zonas turísticas fica circunscrita à área de abrangência de polos que contenham recursos turísticos significativos, infraestrutura básica, equipamentos turísticos e correntes turísticas relevantes.

Desta forma, é construído um ordenamento espacial centralizador, com base apenas em elementos de ordem econômica. Hohlfeldt (2008), ao retratar o contexto histórico da consolidação do turismo no Rio Grande do Sul, destaca que, na década de 1970, o governo federal tinha uma clara orientação de intervir na atividade turística então denominada “indústrias sem chaminés, fator que envolvia aspectos como

¹ Zona do Litoral (Subzonas Costa do Sol e Zona Sul); Zona da Serra (Subzonas Uva e Vinho, Campos de Cima da Serra e Hortênsias); Zona da Grande Porto Alegre (Subzonas Vale do Rio Pardo e Vale do Alto Taquari); Zona do Alto Uruguai (Subzonas Estâncias Hidrominerais e Produção); Zona das Missões; Zona do Centro (Subzonas Vale do Jaguari e Vale do Jacuí) e Zona da Fronteira (Subzonas Campanha e Fronteira Oeste).

planejamento de infraestrutura, relacionando setores como *marketing* e outras atividades de promoção do produto turístico” (HOHLFELDT, 2008, p. 29).

No Rio Grande do Sul, segundo Machado; Tomazzoni (2011) o governo elabora o documento “Turismo: estratégia e Ação – 1983/1985”, que tem por base zonas efetivas, delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e as zonas potenciais, de interesse regional, cujos critérios abarcam fatores de ordem cultural e natural².

Em 1986, é lançado o documento *Subsídios para Regionalização Turística do Estado*, onde a comissão de regionalização define região como

Uma conjugação entre espaço e sociedade, ou seja, o conjunto formado por um espaço natural original, por transformações imprimidas a esse espaço por grupos sociais e por manifestações da cultura desses grupos. (RIO GRANDE DO SUL apud MACHADO; TOMAZZONI 2011, p. 238).

Os novos critérios para espacialização da atividade turística, baseados na paisagem natural, história, cultura e economia, são aplicados efetivamente na década de 1990, em sincronia com as iniciativas de gestão descentralizada, adotadas pelo governo estadual.

No Rio Grande do Sul, a gestão descentralizada e representativa está prevista na Constituição Estadual de 1989 e devido a notável desigualdade entre as regiões que compõem o Estado, na década de 1990 são criados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES)³, instâncias regionais de discussão e decisão a respeito das políticas públicas. Os COREDES passam a constituir as principais instâncias de atuação do governo em parceria com a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS).

A regionalização do turismo então estabelece os mesmos critérios de organização dos COREDES, que, por sua vez, são estruturados com base na delimitação da FAMURS. Existe um grande problema na delimitação regional dos

² O zoneamento identificou nove zonas turísticas, divididas em centros turísticos efetivos e potenciais, identificados por municípios que substituíram a noção do polo, ou subzona do plano anterior, assim definidas: Zona da Serra; Zona da Grande Porto Alegre; Zona do Litoral Norte; Zona das Missões; Zona das Hidrominerais; Zona da Campanha; Zona dos Vales; Zona Central e Zona Sul.

³ Em 1994, através da Lei Estadual nº 10.283, foram criados oficialmente 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Desde sua origem, tais conselhos têm entre seus objetivos efetivar a descentralização das decisões de planejamento do governo, além de oportunizar a sociedade organizada participar na proposição de estratégias de desenvolvimento regional (DALLABRIDA.; ZIMERMANN, 2009, p. 9).

COREDES segundo Klarmann (1999 p. 60-61): “É fato que a regionalização da FAMURS, por expressar a vontade política dos prefeitos, e não diretamente da sociedade, pode ser vítima de opiniões pessoais ou rivalidades e disputas partidárias”.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), de 1994, promoveu a descentralização das políticas de fomento à atividade de turismo no país, seguido pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT), no ano 2004, que apresentou, a nível nacional, 149 regiões turísticas que englobavam 396 roteiros diferentes (RISCO e FIORI, 2016). No Rio Grande do Sul, o Mapa do Turismo Brasileiro apresentava 27 regiões turísticas no nosso estado, de acordo com o Ministério do Turismo. Segundo a Risco e Fiori (2016, p. 4),

o Mapa do Turismo pressupõe a agregação de municípios com características econômicas e socioculturais similares, cujos territórios são limítrofes ou suficientemente próximos – esta uma flexibilização menos comum nos padrões tradicionais de regionalização.

O processo de gestão participativa e regionalização turística ganha impulso em 2000 com a implantação do “Fórum Estadual de Turismo e 24 Fóruns Microrregionais de Turismo em conjunto com entidades do setor, Universidades, representantes do Sistema “S” (SEBRAE, SENAC, SENAI, SESC, SESI e SENAR), órgãos públicos, privados e não governamentais, em busca de ações integradoras e de uma linguagem comum” (RIO GRANDE DO SUL, 2013). No contexto nacional, em 2003, é criado o Ministério do Turismo que então passa assumir um modelo de descentralização da gestão turística que estimula as formas de governanças como os exemplos contemplados nesta dissertação.

4.2 AS GOVERNANÇAS ATUASERRA, CISGA E CONDESUS – CONTEXTUALIZAÇÃO.

A fim de compreender as principais características do turismo rural na região de estudo, principalmente das governanças sobre a qual esta dissertação se propôs estudar e nas redes de cooperação estabelecidas na região, analisamos documentos e obtivemos informações através das entrevistas realizadas. Nas próximas subseções, iremos expor as principais informações sobre as estruturas das governanças ATUASERRA, CISGA e CONDESUS, nesta ordem.

4.2.1 ATUASERRA

Nas últimas duas décadas, a região da Serra Gaúcha recebeu grandes investimentos na profissionalização de serviços, focando nas atividades relacionadas à gastronomia e consumo de bebidas da região (RISCO e FIORI, 2016). Todavia, a Região da Serra Gaúcha, até a década de 1950, se destacava como local de veraneio. Somente a partir da construção de rodovias que deram acesso ao litoral, a região deixou de ser um polo de turismo importante no estado.

As Secretarias Municipais de Turismo, preocupadas com o declínio atrativo da região, buscaram se reunir para promover o turismo na microrregião Uva e Vinho. Existem registros, segundo a diretoria executiva da ATUASERRA, que remetem ao ano de 1972, onde, na região Uva e Vinho, as secretarias de turismo já se reuniam sistematicamente para discutir e executar as ações de turismo. Em termos oficiais, todavia, a temporalidade da rede da ATUASERRA data oficialmente do ano de 1985 com a iniciativa de onze secretarias de turismo, sendo elas: Caxias do Sul (primeira sede da Associação), Antônio Prado, Flores da Cunha, Garibaldi, Farroupilha, Bento Gonçalves, Veranópolis, Serafina Corrêa, Nova Prata, Guaporé e São Marcos. Segundo depoimento da diretora da ATUASERRA (2016), a motivação das Secretarias se deu a partir da necessidade de uma promoção coletiva entre os municípios:

[...] queriam fazer uma promoção coletiva, conjunta. Todos eram órgãos municipais de turismo, eles viram essa necessidade, precisam de ajuda uns dos outros, [...] para sair do declínio que estavam sofrendo, esse declínio que todos percebiam” (B.P., depoimento em áudio, 2016)

Entre os anos de 1992 e 1993, a ATUASERRA oscilou com participação de treze até 18 municípios e em 1997 ampliou seu público associado passando a contar com a participação da iniciativa privada através dos Centros de Indústria e Comércio, Sindicato dos Lojistas e Sindicatos de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Região. Os principais agentes sociais que fazem parte da rede da ATUASERRA são o poder público através das secretarias de turismo e os empreendimentos privados.

A ATUASERRA consiste em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A associação possui verbas do poder público, mas a gestão é

privada e sustentada economicamente pelos membros associados, por verbas de projetos municipais, estaduais e federais e contribuições da iniciativa privada.

A rede da ATUASERRA teve sua origem ligada à necessidade de resgatar o turismo na região e ganhou um cunho estratégico, ou seja, planejado a partir do momento que buscou articular público e privado na intervenção de ações turísticas para região. De acordo com o regimento oficial da ATUASERRA, sua missão é:

Promover o desenvolvimento sustentável do turismo na Região Uva e Vinho através da articulação dos municípios, integração dos atores sociais e aporte de conhecimentos, buscando a melhoria da qualidade de vida nas comunidades envolvidas.

Em 1997 em decorrência das iniciativas de municipalização das ações do turismo iniciadas em 1994 com o Programa de Municipalização do Turismo, a ATUASERRA consolidou-se como Governança Regional e a partir de 2007, com o Plano Nacional do Turismo, as governanças passam a fazer parte da estrutura de gestão do turismo.

Segundo informações do depoimento da diretoria da ATUASERRA, os preceitos iniciais da instituição eram em prol de um turismo inclusivo, onde os maiores beneficiados seriam os empreendedores de menor renda. A preocupação da governança, de acordo com a diretora, era de assessorar os moradores no sentido de promover seus patrimônios, sejam eles históricos, naturais ou culturais,

[...] a assistência aos empreendedores se dá em, pelo menos, dez anos, para garantir sua existência, com capacitações, cursos, ações de mercado e parcerias com outras empresas, protegendo e valorizando esses patrimônios. (B. P, depoimento em áudio, 2016).

Dentro da dimensão organizacional da rede são explorados os agentes sociais participantes. De acordo com os dados fornecidos pela ATUASERRA, até abril de 2016, os agentes sociais da sua rede, ou seja, o público associado e parceiro é de 24 secretarias de turismo dos municípios de Antonio Prado, Barão, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Casca, Caxias do Sul, Cotiporã, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Protásio Alves, Santa Teresa, Santo Antonio do Palma, São Marcos, Serafina Corrêa, Veranópolis e Vila Flores.

Além dos municípios associados, a ATUASERRA conta com 14 entidades e 17 parceiros divididos entre instituições de ensino, órgãos governamentais e iniciativa privada. O Quadro 2 – apresenta sistematização dos resultados relativos à presença dos agentes sociais da rede da ATUASERRA.

Quadro 2 - Agentes sociais da rede da ATUASERRA.

Associados	Parceiros
<p>Secretarias de Turismo dos municípios de: Antonio Prado, Barão, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Casca, Caxias do Sul, Cotiporã Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Protásio Alves, Santa Teresa, Santo Antonio do Palma, São Marcos, Serafina Corrêa, Veranópolis, Vila Flores</p>	<p>Instituições de Ensino: -Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (FISUL); -Universidade de Caxias do Sul (UCS); -Complexo de Ensino Cencista; -FEEVALE; -Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS);</p>
<p>Entidades privadas: -Associação dos Centros de Compras da Serra Gaúcha; Associação do Comércio, Indústria e Serviços de Carlos Barbosa, Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agropecuária de Casca; Associação Comercial e Industrial de Veranópolis; Associação de Joia e Lingerie de Guaporé; Associação das Pequenas e Médias Empresas de Garibaldi; Associação de Produtores dos Vinhos dos Altos Montes; Bento Convention Bureau, Câmara de Dirigentes Lojistas de Nova Prata; Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Agropecuária de Antônio Prado; Câmara de Indústria e Comércio de Garibaldi; Câmara Cultural da Indústria, Comércio e Serviços de Nova Prata, Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Garibaldi; Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares Região Uva e Vinho; Sindilojas Nova Prata</p>	<p>Organizações privadas: -Aventura Serra Gaúcha; -Instituto Marca Brasil; -Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin); -Caminhos do Sertão Cicloturismo; -Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares) Região Uva e Vinho (SHRBS); -Fundação Proamb;</p>

Fonte: Documentos e entrevistas ATUASERRA (2016) Elaboração própria (2017).

Contextualizados os principais agentes sociais e elementos históricos e organizacionais da ATUASERRA, iremos, na próxima subseção, explorar os aspectos da formação e organização do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha, o CISGA.

4.2.2 CISGA

No que se refere ao CISGA, sua formação teve início em 2010 para promover a economicidade da região de forma coletiva, bem como implantar iniciativas na promoção do desenvolvimento sustentável, como uma ferramenta de auxílio aos gestores municipais, buscando a cooperação e a gestão associada entre os

consorciados (depoimento do entrevistado, 2016). A motivação inicial, de acordo com o Secretário de Turismo de Garibaldi, foi a compra coletiva para área da saúde.

Posteriormente foram criadas câmaras setoriais de agricultura, meio ambiente e turismo para cumprir os objetivos então traçados em seu estatuto social, como promover a aquisição de bens e gestão associada de serviços públicos nas áreas de: saúde e segurança alimentar e nutricional, infraestrutura urbana e rural e transporte, meio ambiente e saneamento básico, educação, cultura e desporto, turismo, patrimônio histórico, cultural e natural, segurança pública e cidadania, ciência e tecnologia, agropecuária, agroindústria e mineração, assistência social e habitação, planejamento e gestão administrativa (depoimento do entrevistado, 2016). Portanto, a origem da rede criada pelo CISGA tem um caráter estratégico, ou seja, planejado, para promoção de ações de desenvolvimento para toda região de abrangência dos municípios associados.

O CISGA iniciou suas atividades operacionais no ano de 2011 e passou a colaborar na execução das atividades turísticas como meio formal de captação de verbas do Ministério do Turismo, pois o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) foi vetado para associações até o ano de 2014. Tendo isto em vista, a principal colaboração do Consórcio, inicialmente, foi mediar o acesso a verbas federais para projetos turísticos construídos pela ATUASERRA.

Referente aos agentes sociais que hoje participam do CISGA, a direção executiva aponta treze municípios consorciados até julho de 2016: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Campestre da Serra, Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Cotiporã (último a ser integrado), Fagundes Varela, Flores da Cunha, Garibaldi, Nova Roma do Sul, Santa Tereza, São Marcos, Veranópolis, sendo que do total oito deles são associados também a ATUASERRA. Entre as principais empresas prestadoras de serviço ao CISGA foi mencionado a Agência Nacional de Correios, FM Criação, Cleber Demétrio Advogados e Assessoria, Tecnosweb. O Quadro 3 apresenta os principais agentes sociais da rede CISGA.

Quadro 3- Agentes sociais da rede CISGA.

Municípios Consorciados	Municípios consorciados participantes da ATUASERRA
Antônio Prado, Bento Gonçalves, Campestre da Serra, Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Flores da Cunha, Garibaldi, Nova Roma do Sul, Santa Tereza, São Marcos, Veranópolis	Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Flores da Cunha, Garibaldi, Nova Roma do Sul, Santa Tereza, São Marcos, Veranópolis.
PRESTADORES DE SERVIÇO	
-Correios (prestação de serviços postais) -FM Criação (desenvolvimento e gerenciamento do <i>website</i>), -Cleber Demetrio Advogados Assessoria (prestação de assessoria jurídica externa) -Tecnosweb (fornecimento de sistemas para computadores)	

Fonte: Diretoria executiva do CISGA (2016). Fonte: elaboração própria (2017).

Tendo finalizado a esquematização dos principais aspectos das redes da associação ATUASERRA e do consórcio CISGA, a próxima subseção procura elucidar, da mesma forma, tais aspectos relacionados ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra (CONDESUS).

4.2.3 CONDESUS

O CONDESUS surge em 2001 e trabalha em conjunto com a Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra (AMUCSER). Essa instância se torna legalmente um consórcio de natureza pública em 2015, permitindo a captação de recursos públicos para a realização convênios. O CONDESUS, de acordo com informações da diretoria, trabalha na promoção e divulgação da região turística dos Campos de Cima da Serra, com apoio na organização e representação dos empreendimentos.

A transição para tornar-se, dentro de todos os parâmetros legais, um consórcio de natureza pública, foi extensa e complicada, segundo o depoimento da diretora executiva atual do consórcio:

[...] agora nós somos Consórcio, direito, contamos com uma assessoria para ajudar, mas queríamos legalizar tudo, protocolos, leis, mas agora estamos aptos a fazer convênios. Ainda não temos um setor para captação de recursos, se tivéssemos, nosso orçamento anual seria outro. (D. L., depoimento em áudio, 2016).

A ATUASERRA, de acordo com sua direção executiva, apoiou, informalmente, a formação do CONDESUS, entendendo que a criação desta instância auxiliaria os projetos voltados ao turismo, principalmente sob o viés de captação de recursos federais. No âmbito da saúde, por exemplo, foi citado o esforço de municípios da região na elaboração de uma lei de fiscalização sanitária padrão que facilitasse a legalização e comercialização dos produtos oriundos das agroindústrias de cunho familiar, em especial atenção para o setor de carnes e lácteos que são os principais produtos comercializados nas rotas turísticas da região.

No CONDESUS, os agentes sociais são, basicamente, as prefeituras dos municípios conveniados (Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra e São José dos Ausentes) e a AMUCSER. Nenhum dos municípios do consórcio estão presentes nas outras instituições analisadas (ATUASERRA e CISGA). O SEBRAE e o SENAR, segundo informações obtidas através da diretoria do consórcio, também são considerados atores ativos do consórcio, todavia, essa participação se dá através de projetos específicos e descontínuos. Os principais agentes sociais envolvidos no CONDESUS, segundo as informações coletadas em depoimento com a diretoria executiva do consórcio, estão descritos no quadro 3:

Quadro 3 -Agentes sociais do CONDESUS.

Municípios Consorciados	Parceiros
Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes, Vacaria.	AMUCSER, Secretarias Municipais de Turismo dos municípios consorciados, Atuaserra. SENAI, SENAR.
PRESTADORES DE SERVIÇO	
<ul style="list-style-type: none"> - Agência de Publicidade (confecção de material de marketing) - UNA Gestão e Assessoria (contratação de serviços técnicos) - Sistema de Computação (módulos e máquinas) 	

Fonte: Elaboração própria (2017).

Os municípios consorciados pelo CONDESUS e associados pela AMUCSER se sobrepõem, sendo que a associação tem a inclusão dos municípios de André da Rocha e Capão Bonito, não conveniados pelo CONDESUS, o qual, por sua vez, possui o município de Cambará do Sul em sua estrutura, o qual não está associado à AMUCSER. Diante dessa sobreposição, as duas entidades trabalham juntas em praticamente todos os projetos ligados ao desenvolvimento do turismo dos municípios, dividindo, inclusive, o espaço físico localizado no município de Vacaria.

A criação do consórcio, segundo a diretoria executiva do CONDESUS, se deu a partir da necessidade de alavancar a questão regional, como uma “*entidade que representasse a região turística*” (depoimento em áudio, 2016). De acordo com a diretora, o consórcio, atualmente, trabalha com a promoção e divulgação da região turística, apesar de trabalhar mais intensamente com o turismo de aventura e natural, comparado aos projetos destinados especificamente ao turismo rural.

Após esta breve exposição das instâncias de governança ATUASERRA, CISGA e CONDESUS, iremos, na próxima subseção, iniciar a análise dessas entidades a partir das categorias de análise da presente dissertação.

4.3 AS GOVERNANÇAS E REDES DE COOPERAÇÃO A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A partir da definição das categorias de análise de Corrêa (2001), anteriormente apresentadas nesta dissertação, iremos, a partir de agora, caracterizar as governanças do turismo rural da área de estudo e as redes de cooperação articuladas. Essa seção foi organizada a partir de cada categoria de análise utilizada e como cada uma das três governanças estudadas se apresentam com base nessas dimensões, a partir das informações obtidas nos depoimentos e na análise de dados secundários.

Dentro da dimensão organizacional, é explorada a categoria “natureza dos fluxos”, dividida em ‘mercadoria, pessoas e informação’. O elemento mercadoria seria o tipo de produto ou serviço prestado, que está atrelado aos meios tecnológicos disponíveis, nos casos analisados.

O principal tipo de trabalho hoje desenvolvido na ATUASERRA, segundo seu Regimento Interno Oficial (B. P., depoimento em áudio, 2016) é a gestão, coordenação e elaboração de projetos, prestando o assessoramento aos municípios associados e descentralizando suas ações através de parcerias, possibilitando a construção de espaços de concertação público e privado na promoção do turismo regional. A natureza dos serviços prestados pela associação inclui cursos de capacitação e gestão e elaboração de projetos. Segundo informações da diretoria executiva da ATUASERRA, o grupo gestor da associação é responsável pela elaboração de projetos, os quais dependem de editais, públicos ou privados, para sua implementação (depoimento em áudio, 2016).

De acordo com a diretoria da ATUASERRA, as prioridades e projetos são discutidos de forma completamente participativa, onde *“o grupo gestor e a diretoria fazem parte de uma assembleia na qual as decisões são tomadas, tudo é interativo e democrático, passando pelos gestores, por mim, por todos”* (B. P., depoimento em áudio, 2016). Foi possível identificar, através do depoimento, que no caso da ATUASERRA, seus esforços são direcionados para a inclusão social e promoção do turismo na região da Serra Gaúcha como uma alternativa econômica de desenvolvimento regional.

No que se refere ao CISGA o seu principal trabalho estaria centrado na compra coletiva para a saúde dos municípios e registro dos projetos. Um dos itens mencionados pela direção da câmara setorial de turismo é a discussão de como o consórcio poderá contribuir para ações turísticas regionais. De acordo com as informações disponibilizadas pela representante do consórcio (coordenadora da Câmara Setorial de Turismo do Consórcio), houve uma tentativa de montagem de uma comissão para trabalhar melhor a questão do turismo, mas não foi possível por falta de apoio e problemas políticos pela troca de gestão (I.F., depoimento em áudio, 2016). A representante enalteceu os problemas com as lideranças políticas quando fala que *“quando o setor público fica ausente, tudo decai, na gestão [...] que não focou no turismo, se perdeu 60% do fluxo turístico no município [Garibaldi]”*.

No que tange ao CISGA, portanto, em primeiro momento a compra coletiva na área da saúde foi a motivação para criação do consórcio, mas seus objetivos posteriormente evoluíram para um leque de ações voltadas ao desenvolvimento da região, quando então foram criadas as câmaras setoriais de agricultura, meio ambiente e turismo, onde cada uma ganhou a capacidade de focar em projetos específicos, além de obter recursos financeiros de forma mais eficaz (I.F., depoimento em áudio, 2016).

O CONDESUS, por sua vez, tem como principal finalidade a promoção da região para o turismo, com trabalhos de divulgação e apoio a novos empreendedores. O consórcio depende da verba dos consorciados e de projetos externos liberados por editais públicos. Além da promoção do turismo de forma individual feito pelas gestoras, há projetos de divulgação da atividade para os visitantes e para alunos das escolas do município sede, que é Vacaria. Segundo a representante do CONDESUS,

a falta de informação sobre o turismo na região é um grande problema para o desenvolvimento da atividade, quando afirma que:

[...] a grande maioria aqui não conhece o próprio município, que dirão que aqui não tem nada, dos municípios vizinhos não sabem de nada, que tem canyons, que tem São José dos Ausentes, então tem projetos para atingir as pessoas, as crianças, as escolas. (D. L., depoimento em áudio, 2016.)

Os esforços do CONDESUS, então, são direcionados a uma representação da região turística, com ações que auxiliam no desenvolvimento dessas atividades na região com melhor desempenho. Esse consórcio, todavia, está, atualmente, em processo de mudanças em seu estatuto, mudanças estas que visam a agregação de novas funções, como por exemplo a compra coletiva de medicamentos para a população por meio de editais públicos.

Dentro da dimensão organizacional é investigada a função da rede que, por sua vez, é dividida em 'realização' e 'suporte'. Direcionando para os casos analisados considera-se pertinente designar qual serviço é prestado, e definir se as ações são de planejamento e sensibilização ou se são ações que criam técnicas e materiais para a atividade turística.

No caso da ATUASERRA a função da sua rede é estruturante, ou seja, como governança tem o papel de mediar e sancionar as ações de turismo da região, inventariando e analisando as ações que podem ser desenvolvidas. Neste contexto, de acordo com o depoimento da diretora, ocorre a sensibilização, educação e criação de condições sociais e técnicas para execução de projetos sustentáveis. De acordo com o Estatuto da ATUASERRA (2009), a principal finalidade da Associação é a promoção, coordenação, qualificação, capacitação e sensibilização do desenvolvimento do turismo regional, buscando fomentar a sustentabilidade ambiental, cultural e socioeconômica, resguardando a observância da livre iniciativa e liberdades fundamentais para todos (ZANUZ, 2010).

Entre os projetos desenvolvidos hoje pela ATUASERRA é possível destacar o Projeto *Pulando Janelas*, presente atualmente no município de Antônio Prado, São Marcos, Fagundes Varela, Serafina Correia, Garibaldi, Veranópolis, Bento Gonçalves, Guaporé, Vila Flores e Carlos Barbosa, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), presente nos municípios de Santa Tereza e Antônio Prado, o Projeto Monumenta Santa Tereza no município de Santa Tereza, o Projeto Sinalização

Turística, desenvolvido em parceria com o CISGA para acesso as verbas federais, o Projeto *Fortalecendo o Roteiro Vales da Serra* nos municípios de Antônio Prado, Caxias do Sul, Nova Pádua, Flores da Cunha, São Marcos, o Projeto *Tecendo Fios*, nos municípios de Antônio Prado, Caxias do Sul, Nova Pádua, Flores da Cunha, São Marcos.

Dos projetos mencionados, o projeto qualificado pela ATUASERRA como o mais significativo, segundo a diretoria da associação, é o Projeto Pulando Janelas. A informação da associação também destaca o roteiro *Termas e Longevidade*, que, segundo o depoimento “*possui uma rede de cooperação fantástica.*” (Diretora Executiva da ATUASERRA, depoimento em áudio, 2016).

O Projeto *Pulando Janelas* é um projeto de educação ambiental, patrimonial e turística desenvolvido atualmente em escolas da região. Os professores e alunos são envolvidos em atividades para conhecer sua região e seus atrativos turísticos, aprender sobre a cultura local e propagar a preservação cultural da região, como por exemplo, a preservação do Talian⁴ hoje tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os empreendedores entrevistados também reconhecem o papel estruturante da ATUASERRA no desenvolvimento dos roteiros turísticos rurais da região. Segundo depoimento da representante do roteiro Caminhos de Pedra, de Bento Gonçalves, “[a ATUASERRA] ela atua no desenvolvimento e na conscientização da importância do empreendimento fazer parte do roteiro”, sendo que esta mesma representante não tinha conhecimento do trabalho do CISGA para o turismo na região.

Considerando a temporalidade de mais de vinte e cinco anos de trabalho da ATUASERRA na região da Serra Gaúcha, o CISGA não trabalha ativamente na sensibilização, discussão e execução de políticas voltadas para o turismo e seu papel, até o momento, é apenas facilitar a captação de verbas públicas. Segundo as informações coletadas nas entrevistas com os representantes da ATUASERRA e CISGA, nos três anos em que o SICONV estava bloqueado para associações, o CISGA construiu, com a ATUASERRA, um projeto de sinalização e pavimentação de

⁴ O Talian é uma língua que surgiu dos diversos dialetos italianos falados no Brasil pelos imigrantes que vinham da Itália, no final do século XIX. Essa língua ainda é muito falada, especialmente na Serra Gaúcha, sendo Serafina Corrêa uma das cidades em que esse patrimônio cultural tem encontrado pessoas interessadas em manter viva a história da imigração italiana (ATUASERRA, 2010, s.p).

vias turísticas, um projeto de turismo religioso e outro de capacitação de empreendedores.

Sobre o papel de governança no nível organizacional, a representação do CISGA afirmou durante as entrevistas realizadas que sua função estruturante não é direcionada ao turismo, segundo o depoimento da entrevistada: *“não pode haver duas governanças de turismo, senão há confusão, a nossa aqui [na Serra Gaúcha] é a ATUASERRA, e o CISGA só para projetos que abrem para consórcio que o governo federal destinava”* (I. F., depoimento em áudio, 2016).

No que tange ao consórcio dos Campos de Cima da Serra, segundo informações concedidas pela sua diretoria, o CONDESUS atua no suporte de ações voltadas ao turismo, principalmente ligadas à sua divulgação. No que tange ao turismo rural, o consórcio não possui projetos ativos, sendo o foco da região o turismo de aventura e natural. O processo de divulgação da atividade turística na região é realizado por meio de materiais informativos, visibilidade em feiras nacionais e internacionais e em projetos de educação turística nas escolas públicas dos municípios conveniados, principalmente em Vacaria. Um dos projetos de divulgação nas escolas, financiado pelo BANRISUL, pretende atingir até 7500 crianças, segundo dados do Consórcio concedido nas entrevistas (2016).

A finalidade é outra subcategoria explorada pela dimensão organizacional e está ligada à natureza da rede, a qual pode ser de segurança de estados totalitários, acumulação, ou seja, com fins lucrativos, que poderá, neste caso, envolver grandes corporações, ou redes com natureza solidária, sendo que neste caso se enquadram as Organizações Não Governamentais (ONGs), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e também as organizações ligadas a movimentos populares. Nos casos estudados temos uma OSCIP que é a ATUASERRA e o CISGA e o CONDESUS que são consórcios.

O CONDESUS, nesse sentido, enfrentou dificuldades legislativas para ser considerado um Consórcio, visto que a sua documentação inicial não foi baseada na Lei dos Consórcios de 2005. Desde então, as adequações as conformidades foram seguidas, diante do exposto pela diretoria:

A gente teve que contratar uma assessoria jurídica, para realizar muitas adequações para refazer o estatuto, protocolos, mas agora a gente consegue captar recursos, usar o consórcio para fazer convênios, conseguimos legalizar o consórcio de natureza pública. (D. L., depoimento em áudio, 2016).

Sobre a existência da rede, esta pode ser real ou virtual, aqui os elementos tecnológicos podem dar suporte para realização da rede. Uma atividade turística liga materialmente pontos turísticos através de rodovias, ferrovias aerovias e virtualmente conecta elementos em múltiplas escalas do local ao global, a dimensão imaterial da rede pode fazer menção ao ciberespaço e também as relações sociais de colaboração.

No item supracitado, entram as ações colaborativas estabelecidas entre a governança ATUASERRA com seus entes associados e com o CISGA. Por exemplo, as redes materiais são estabelecidas através de projetos de infraestrutura como o programa de sinalização turística e as redes imateriais através de projetos de educação ambiental cultural e patrimonial como o *Pulando Janelas*.

Em entrevista ao representante de um roteiro turístico no município de Veranópolis, no entanto, foi constatado que as ações colaborativas entre CISGA e ATUASERRA nem sempre foram atendidas. Em certo momento, como externalizado pela entrevistada, um pedido foi feito visto que ao CISGA, que, por possuir característica de consórcio, poderia solicitar recursos da União. De acordo com a representante e turismóloga do roteiro, o poder público tentou avançar com um projeto da Ponte do Rio das Antas, mas o retorno do consórcio não ocorreu.

No sentido de redes materiais existentes, portanto, há ocorrência de projetos de rodovias e sinalização que englobam os municípios da região, os quais são requisitados e implantados através das governanças. É visto, portanto, que projetos estruturais com a necessidade de grandes investimentos públicos, tais como estradas e pontes, por exemplo, seriam inatingíveis se solicitados pelos municípios de forma individual.

Foi observada uma unanimidade nas respostas dos entrevistados que representam cada instância de governança em concordar que as ações colaborativas entre as redes são existentes, mas que é necessário compreender as dificuldades em se estabelecer projetos conjuntos, principalmente a partir de divergências políticas entre os municípios. Além disso, a falta de verba e de recursos humanos de cada entidade estudada é evidente, elementos que limitam a expansão dos projetos para além dos considerados prioritários para cada governança.

O CONDESUS e a ATUASERRA são parceiros desde a sua criação, onde, segundo a diretoria executiva do consórcio, teve apoio da associação na criação de eventos e na organização inicial dos projetos, apesar da formação independente do consórcio. A rede formada pelas instituições supracitadas é significada a partir de relações de trocas de informações e apoio entre ambas diretorias. Segundo o depoimento da diretora executiva do CONDESUS, “*desde 2006 eu sou conselheira da região, e a Beatriz (representante da ATUASERRA) é conselheira dela, estamos sempre trabalhando juntas*” (depoimento em áudio, 2016).

A cooperação entre os municípios que são associados ou consorciados a cada instância de governança é realizada de diversas maneiras, sendo que o envolvimento dessas governanças com as Secretarias Municipais de Turismo e com os prefeitos são características comuns na implementação dos projetos. As divergências políticas entre os municípios podem se tornar opacas quando a instância interfere buscando soluções em conjunto, de acordo com o depoimento da Secretária Municipal de Turismo de Ipê (depoimento em áudio, 2016):

Nosso sonho é colocar uma pousada ou hotel aqui [em Ipê], a gente tem muita possibilidade de turismo rural, bastante ‘lugar’, mas não tem o básico que é a acomodação. Em Antônio Prado tem, mas eles não divulgam pro pessoal vir pra cá, podiam fazer. Mas o prefeito de lá não dá abertura. A gente tem mais proximidade com Protásio Alves, que fica a 25km daqui, do que com Antônio Prado, que está a 3km, tudo questão política, do prefeito. Mas não vale a pena a gente fazer parte do grupo deles, é diferente. A gente tem uva e vinho, mas não como ali, assim como eles não tem a pecuária e agroecologia que a gente tem.

De acordo com a representante da Secretaria de Turismo de Ipê, portanto, mesmo com a proximidade física entre os dois municípios de Ipê e Antônio Prado, não há rede de cooperação entre eles. Não é realizado nenhum projeto em conjunto no âmbito do turismo. Além disso, os problemas políticos podem ser observados dentro do próprio município, segundo o depoimento da representante do município consorciado pelo CONDESUS: “*tem famílias que querem participar [do curso de Turismo Rural do SENAR e dos projetos de turismo rural] mas falam que vão fazer só quando for outro prefeito*” (depoimento em áudio, 2016).

No que se refere à formalização, a dimensão da rede é dividida em formal e informal, sendo a rede formal legalizada por estatutos e regimentos. Nos casos em análise, a ATUASERRA, o CONDESUS e o CISGA são formas de governanças

legalmente reconhecidas, no entanto, no que se refere aos fluxos de informação podem ser criadas redes informais de colaboração. Um exemplo de colaboração informal entre ATUASERRA e CISGA foram os esforços em dialogar regionalmente uma lei sanitária padrão para as agroindústrias familiares, ação que direta e indiretamente abarcou os setores de agricultura, saúde e turismo. O CONDESUS e a ATUASERRA também colaboram entre si informalmente, com o contato entre as diretorias de forma constante.

A organicidade da rede pode ser hierárquica e de complementaridade, aqui, Corrêa (2010) se refere a lugares centrais ou centros especializados. Para o turismo seria identificar os centros emissores de fluxos de capitais, produtos e informação e as posições relativas a outros centros se hierárquica ou complementar. Usando como exemplo os casos explorados, existe uma hierarquia centralizada no município indutor do turismo que no caso seria Bento Gonçalves sede da ATUASERRA, Garibaldi como município sede do CISGA e Vacaria como principal município e sede do CONDESUS.

Apesar da hierarquia dos municípios sedes das redes, existem outras relações de poder entre esses municípios em relação ao desenvolvimento do turismo. No CONDESUS, por exemplo, os únicos municípios que possuem significativo retorno financeiro a partir do turismo são Cambará do Sul e São José dos Ausentes, ou seja, esses detêm mais poder econômico em relação ao retorno monetário da atividade para os empreendedores de tais municípios. No caso dos municípios do consórcio, a organicidade hierárquica se dá a partir do município de Vacaria, que, segundo depoimento da diretora do CONDESUS, tem a influência das entidades educacionais, que dão maior suporte na elaboração de projetos e na valorização do turismo na região.

Podemos observar estes outros aspectos de hierarquia e complementaridade no depoimento da representante do CONDESUS, ao expor a situação dos municípios consorciados (depoimento em áudio, 2016):

As realidades são diferentes, pois na região da ATUASERRA tem vários casos que o turismo é o carro chefe da economia, e aqui só tem dois [Cambará do Sul e São José dos Ausentes], nos outros municípios nem tem Secretaria de Turismo, é sempre de turismo, Desenvolvimento, Planejamento, etc. Tem prefeitos que não sabem o que é turismo, então eles nem fazem projeto algum nesse sentido, começa o ano com projetos, e eu 'to' aqui 10 anos me preparando pra tudo.

Segundo o depoimento da diretora do CONDESUS, os municípios com pior situação financeira precisam investir seus fundos em projetos prioritários, como saúde e educação. O turismo, portanto, vai ficando em segundo plano e os projetos em prol da implantação de turismo rural na região é ignorado em diversas cidades (depoimento em áudio, 2016).

A complementação das ações em rede dos municípios pode ser observada com mais intensidade nos municípios associados à instância ATUASERRA. De acordo com os materiais informativos coletados durante as visitas, os roteiros são construídos englobando diversos municípios, e a promoção dos pontos turísticos e das propriedades rurais com atividade de turismo são divulgadas de forma conjunta. Tanto o representante do roteiro Caminhos de Pedra quanto o representante do Roteiro Estrada do Sabor enxergam os roteiros inseridos numa região turística. Segundo o entrevistado pertencente à Secretaria Municipal de Turismo de Bento Gonçalves, os materiais de divulgação do município, feitos dentro da própria prefeitura, divulgam, também os municípios e roteiros dos municípios adjacentes.

A dimensão temporal “envolve a duração da rede, a velocidade com que os fluxos nela se realizam, bem como a frequência com que a rede se estabelece” (CORRÊA, 2010, p. 113). A dimensão da duração é dividida em longa, caso das redes de infraestrutura, e curta, por exemplo, formação de mercados ocasionais. No caso da ATUASERRA e do CISGA, as redes temporais longas estão presentes nas estruturas físicas de acesso e manutenção das áreas turísticas, pois os projetos criados pelas referidas instâncias atuam na preservação e acessibilidade dos destinos turísticos. Durante a entrevista com a diretora da ATUASERRA, sob esta ótica, projetos referentes a preservação de patrimônios históricos e culturais foram citados, exaltando a importância da intervenção de leis de tombamento para a preservação eficaz desses marcos turísticos.

A escala temporal também se refere ao tempo de intervenção das governanças na região e neste caso a ATUASERRA se faz presente desde 1985 e o CISGA desde 2010. O CONDESUS atua como forma de governança do turismo desde 2001, sendo legalizado como consórcio somente em 2015. Observa-se, portanto, que a ATUASERRA está presente desde quase duas décadas antes das duas outras instâncias surgirem. O grau de estruturação da ATUASERRA, suas realizações e o reconhecimento de sua importância pela comunidade, pelo poder público e pelas

outras governanças da região são consequências dessa escala temporal do seu surgimento.

No âmbito do turismo são criados mercados periódicos de comercialização e visitação que se configuram em redes curtas estabelecidas ocasionalmente com objetivos específicos, como por exemplo, festivais religiosos, gastronômicos e culturais presentes no calendário de atividades, divulgado semestralmente pela Revista ATUASERRA. O CONDESUS destaca, nas entrevistas, projetos de eventos e festivais, mas não há, até o momento desta pesquisa, projetos de duração curta voltados ao turismo rural, especificamente.

Segundo o Secretário Municipal de Turismo de Bento Gonçalves, o município pelo qual é responsável possui diversos mercados periódicos de turismo, os quais são amplamente divulgados e valorizados. No âmbito do turismo rural, o secretário ressalta a importâncias dada recentemente a esse mercado, principalmente no caso das rotas gastronômicas e culturais de origem italiana na região. As outras modalidades de turismo na região, segundo o Secretário, são mais valorizadas:

Aqui em Bento, as pessoas vem pela paisagem rural, mas não sabem que estão fazendo turismo rural. Tem muita verba para o turismo cinematográfico, vem muito filme e novela pra cá, o turismo rural podia se beneficiar disso também". (G. D., depoimento em áudio, 2016).

A velocidade dos fluxos de informação e produção é uma subcategoria da rede analisada na dimensão temporal. Neste sentido, a velocidade pode ser lenta, ou instantânea. No caso de uma velocidade lenta pode ser citado o escoamento da produção por transporte marítimo, férreo, aéreo, rodoviário. Adaptando para análise dos casos estudados seria necessário realizar um estudo específico dos produtos comercializados nos roteiros turísticos, o que exigiria um trabalho mais detalhado da produção e comercialização dos empreendimentos associados à ATUASERRA e municípios consorciados ao CISGA e ao CONDESUS. A análise deste item exige um espaço temporal de pesquisa mais amplo, o que não foi possível realizar no tempo em que foi executada a pesquisa para esta dissertação.

Os fluxos de informação de velocidade instantânea são configurados atualmente pelas redes de internet. A mensuração desta variável abrange escalas locais, regionais e globais, o que demanda um estudo específico das indexações e impacto das informações geradas pelos projetos da ATUASERRA, CONDESUS e

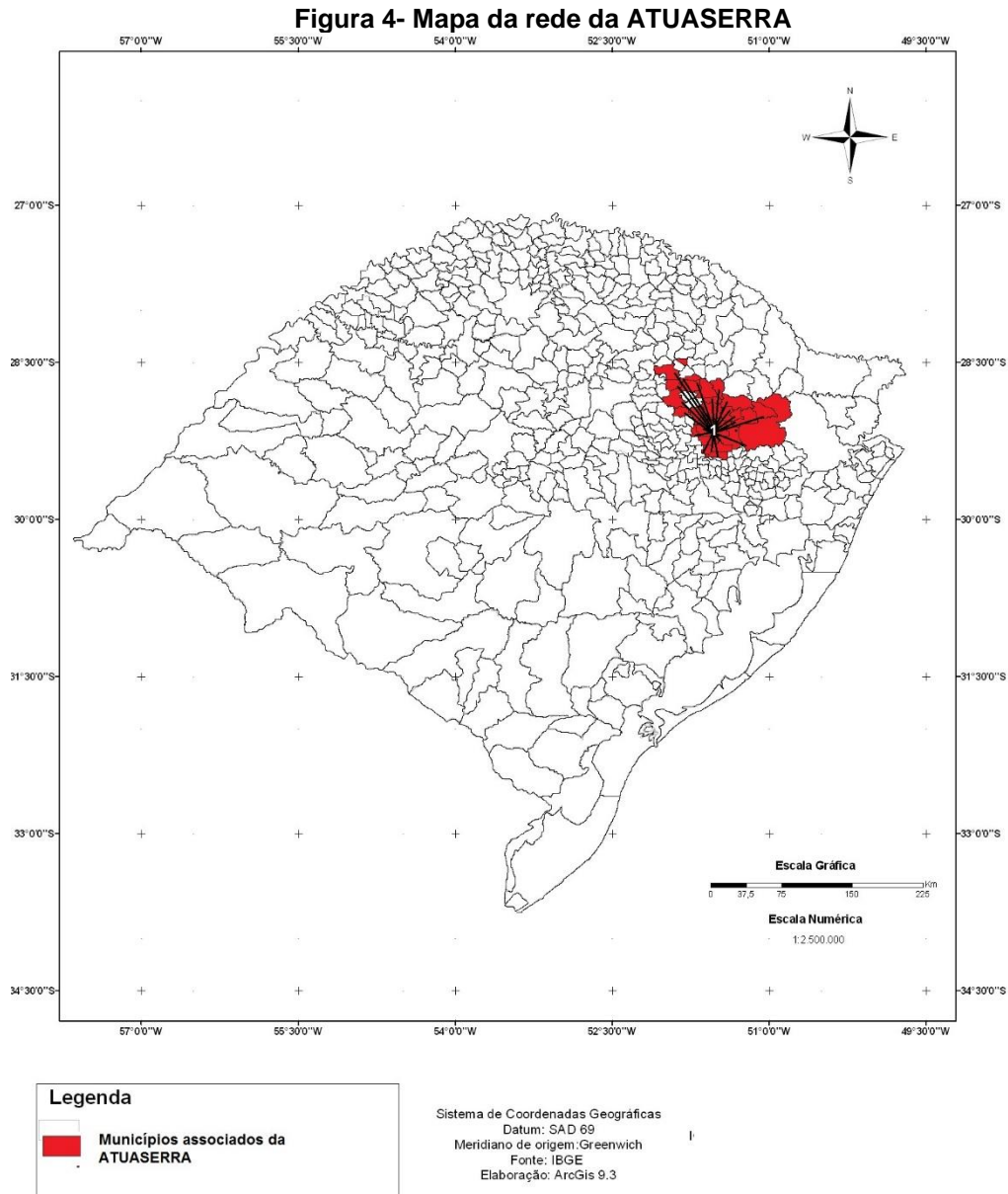
CISGA. Considerando que a ATUASERRA trabalha em projetos turísticos desde a década de 1980, suas experiências são compartilhadas nacionalmente desde a década de 1990 quando iniciou o Programa de Municipalização do Turismo e depois contribuiu para o Programa de Regionalização do Turismo.

A escala e velocidade de informações do trabalho do CISGA parece ser de abrangência regional, considerando o pouco tempo de trabalho do consórcio. O CONDESUS, segundo depoimento da diretoria, participa de eventos de divulgação do turismo da região em nível nacional, com o financiamento das prefeituras. Tais eventos, segundo depoimento, são de suma importância para aumentar o fluxo de pessoas na região, visto que se referem a eventos essencialmente turísticos e com grande fluxo de visitantes.

Partindo para a análise da dimensão espacial, esta é dividida nas seguintes subcategorias: escala, forma espacial e conexão. A dimensão espacial e temporal, de acordo com CORRÊA (2010), são fortemente articuladas e merecem atenção por parte dos geógrafos, pois é dotada de funcionalidade e expressa seu conteúdo e arranjo espacial. Segundo CORRÊA (2010:2000): “[...] as redes geográficas são redes sociais especializadas, são sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação” (2010, p. 200).

Quando analisadas a partir de sua dimensão espacial, a escala de uma rede geográfica pode ser local, regional, nacional ou global. Suas formas, por sua vez, podem ser organizadas como solar, dendrítica, circuito ou barreira. A rede solar denota uma estrutura concentrada em uma cidade primaz. Este tipo de rede concentra a vida econômica, política e cultural do território. A rede dendrítica tem sua forma análoga a uma rede fluvial, onde a principal cidade se localiza próximo à foz do rio que drena a cidade. A rede Christalleriana, de lugares centrais, combina aspectos da rede solar e dendrítica, mas como uma nítida hierarquia entre seus centros, pois trata-se de uma rede que apresenta melhor distribuição de renda e consumo. As redes em circuito são redes mais complexas ocorrem em áreas mais industrializadas, onde a divisão territorial do trabalho é muito significativa (CORRÊA, 2012). A forma da rede está associada a seu grau de conexão muito concentrada internamente ou pouco integrada externamente. As redes barreira, por fim, configuram redes criadas pelas unidades político e administrativa.

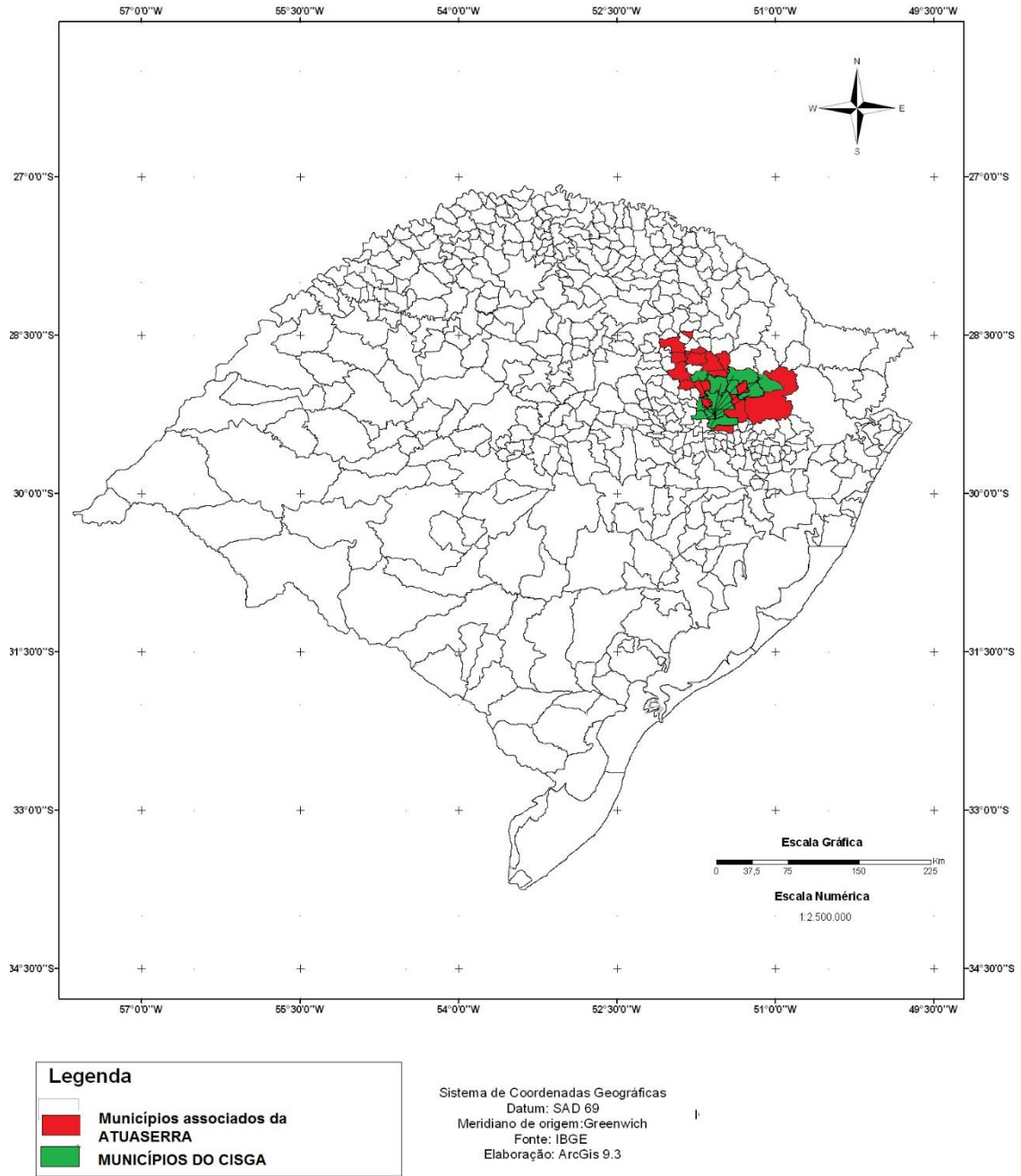
A rede de abrangência territorial da ATUASERRA está centralizada na cidade sede, ou seja, Bento Gonçalves, configurando uma rede de característica solar, apresenta-se na figura 4.



Fonte: elaboração própria (2017).

O centro emissor centraliza e propaga as ações para os municípios da região. A rede criada pelo CISGA também assume uma característica solar uma vez que as ações e demandas do consórcio tem sede na cidade de Garibaldi (Figura 5). A representante da Câmara Setorial de Turismo do CISGA trabalha dentro da prefeitura de Garibaldi, em contato direto com a Secretaria Municipal de Turismo e o próprio prefeito.

Figura 5- Mapa da rede CISGA e ATUASERRA

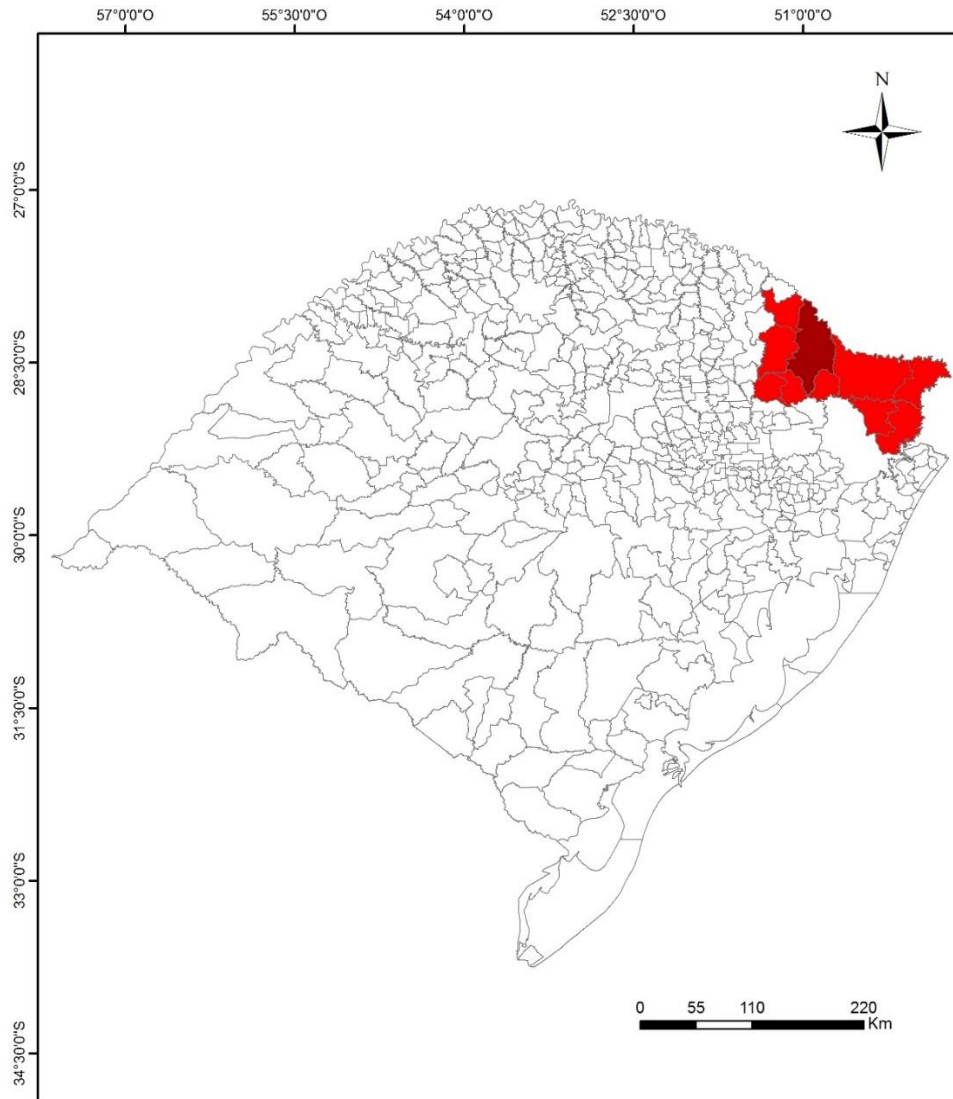


Fonte: Elaboração própria (2017).

A rede do CONDESUS também pode ser considerada solar, pois possui seu município sede envolto de municípios consorciados, ou seja, a sede é centralizada no município de Vacaria, segundo a figura 6. A configuração da rede do CONDESUS se difere, visivelmente, da rede da ATUASERRA e CISGA pelo tamanho dos municípios, os quais são mais extensos. Na figura 7 visualizam-se as redes das três instâncias de governança, no entanto, podemos verificar um padrão semelhante na configuração

solar das redes, a partir da representação do centro (sedes) e a propagação das linhas em direções aos municípios associados ou consorciados.

Figura 6 – Mapa da Rede CONDESUS



Legenda

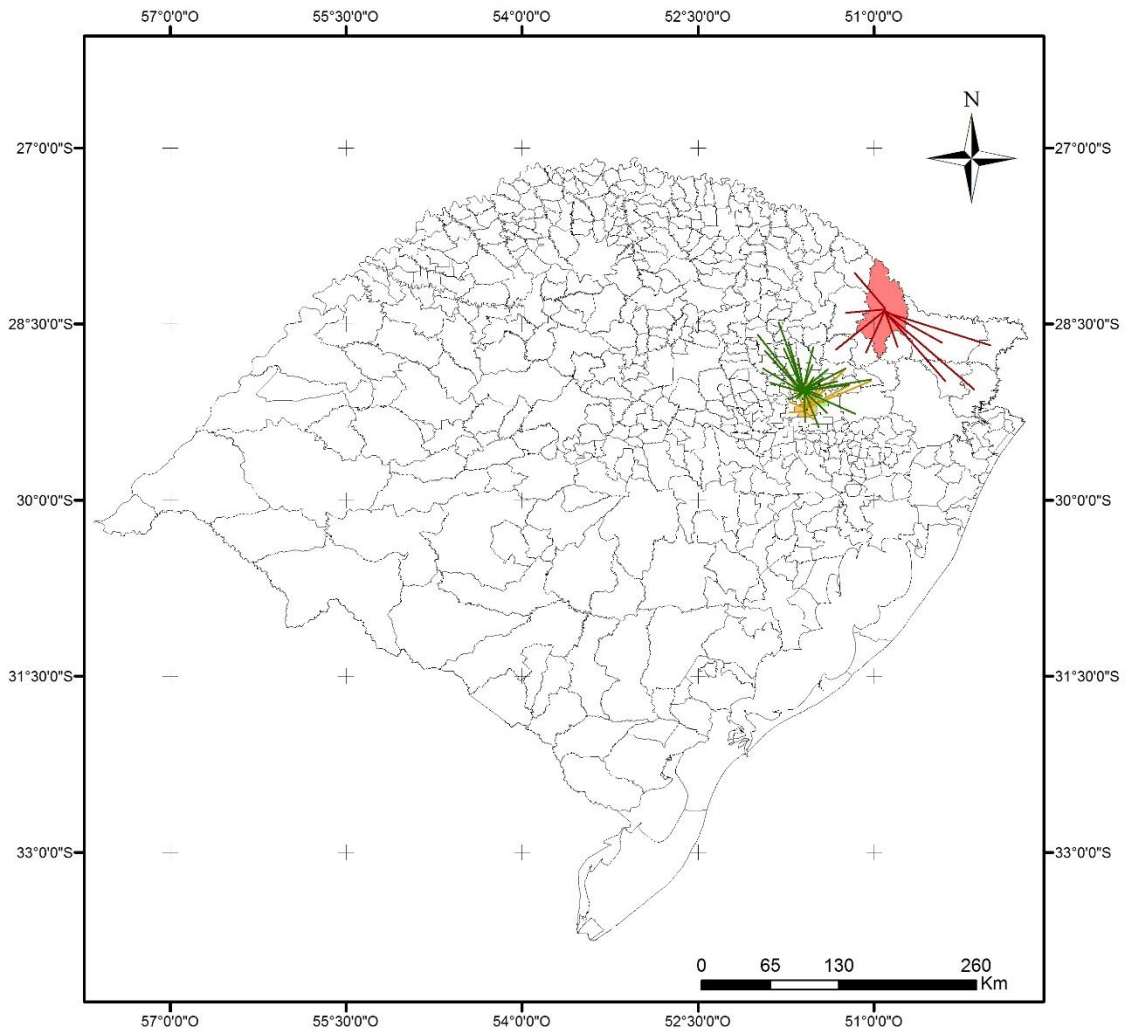
- Município Sede do CONDESUS (Vacaria)
- Municípios do CONDESUS

Fonte: Elaboração própria (2017).

Pode-se dizer que a mesorregião do Nordeste Rio Grandense está sob influência, num sentido territorial, das três governanças investigadas nessa dissertação. Segundo o mapa da figura 6, podemos analisar que, à partir dos

municípios sedes da Atuaserra, CISGA e CONDESUS, forma-se uma rede que engloba grande parte do território da região em questão.

Figura 7 - Redes de cooperação a partir de seus municípios sede



Legenda

- Rede dos Municípios CISGA
- Redes dos Municípios ATUASERRA
- Rede dos Municípios CONDESUS

Fonte: Elaboração própria (2017)

Tanto os municípios associados à ATUASERRA quanto aqueles consorciados ao CISGA estão concentrados na microrregião Uva e Vinho e especialmente existe uma sobreposição entre ATUASERRA e CISGA, uma vez que, dos doze municípios consorciados, oito são sócios da ATUASERRA, fato que não implica,

necessariamente, em sobreposições de ações. A relação entre as governanças na região caminha até o momento para uma colaboração de ações respeitando os papéis de cada instância. Os depoimentos coletados junto aos representantes dos roteiros de turismo rural da região evidenciaram que a ATUASERRA é quem auxilia no desenvolvimento e implantação das atividades de turismo rural, sendo considerada, de maneira unânime, como governança de turismo na região.

A conexão entre as entidades CISGA e ATUASERRA, segundo a diretoria da ATUASERRA, foi mais intensa no passado, com projetos de mútua ajuda e desenvolvimento de ações que atendessem as demandas locais. Um exemplo citado pela diretoria foi o serviço Escola Agrícola, que atualmente é permanente em Caxias do Sul. Novamente é observado o âmbito político como problema na gestão das entidades, segundo a fala da diretoria da ATUASERRA:

Poderá ter uma nova gestão que irá dizer o novo papel da ATUASERRA, que a governança deve estar junto com a liderança do CISGA respondendo pelo turismo. Temporariamente a gente tem uma situação intermediária, mas a gente sabe que as coisas não tem acontecido dentro do próprio CISGA, temos essa situação posta. (depoimento em áudio, 2016).

De acordo com uma das representantes do Roteiro Caminhos de Pedra, um dos roteiros mais significativos e organizados da Serra Gaúcha, o CISGA não tem papel no desenvolvimento dos projetos ou na captação de recursos. Segundo informações do roteiro obtidas nos depoimentos, as organizações que colaboram para o desenvolvimento do turismo rural na região são a ATUASERRA, a Secretaria Municipal de Turismo e o SEBRAE, principalmente.

Questionados sobre as dificuldades enfrentadas sobre o trabalho em parceria entre diferentes atores regionais, os informantes-chaves foram unânimes em afirmar a falta de cultura em compartilhar ações criando uma gestão descentralizada. É evidente que há casos que diferem dessa realidade, como o caso do município associado ao CONDESUS de São José dos Ausentes, que, devido ao grande desenvolvimento do turismo rural, formou a Associação das Pousadas Rurais, presidida, atualmente, pelo proprietário da Pousada Flor de Açussena. Segundo o depoimento da representante do CONDESUS, a rede formada pelos empreendedores se formou independentemente da ação do poder público numa tomada inicial, como pode ser evidenciado no trecho do depoimento:

Se tratando de Turismo Rural, São José dos Ausentes é o município mais adiantado de todos aqui. Se tu me perguntar por que, se foi a prefeitura, ou a secretaria de turismo? Eu vou te dizer que não, que foram os empreendedores, que se uniram, criaram uma associação de Pousadas Rurais, e começaram a fazer um trabalho bem interessante desde 2009. Agora eles até alteraram para pousadas Rurais e Urbanas, pois o pessoal que não era da área rural começou a se interessar pela organização deles, e pediram para eles alterarem a documentação deles para que eles fizessem parte. Mas na verdade quem puxou e iniciou o trabalho foi o pessoal das pousadas rurais, eles trabalham muito com fazendas, camping, pousadas de luxo, casas de fazenda, cabanas. Quem coordena esse trabalho é o César, ele é proprietário da Pousada Flor de Açussena. E ele conta com a participação dos outros proprietários, numa corrente de colaboração. Eles criaram a Trilha de Fazendas, eles criaram uma rota entre as propriedades, já pensando em ampliar. Eles foram capa do Caderno de Turismo da Zero Hora. Foi uma parceria dessa associação de pousadas, a prefeitura, e o SEBRAE, eles desenvolveram todo o projeto lá. A melhor experiência de turismo rural é em São José dos Ausentes. Nos outros municípios tem ações isoladas, mas eles não trabalham em conjunto. (Depoimento em áudio, 2016).

Apesar do apoio do CONDESUS na divulgação dos roteiros turísticos de São José dos Ausentes, podemos observar, neste caso específico, uma ação conjunta estabelecida pelos próprios empreendedores. É importante ressaltar que o município possui significativo retorno financeiro devido às atividades de turismo rural, o que não é observado na maioria dos municípios associados, os quais estão apenas iniciando o processo de implementação de turismo rural.

No caso específico do CISGA, por sua vez, por ter apenas nove anos de atuação, existem vários pontos questionáveis no sentido de sobreposição de ações com outras instâncias, de acordo com entrevista realizada com o diretor da câmara setorial de turismo. Seria necessário, segundo o depoimento, amadurecer sobre a questão de como a rede de ações do CISGA poderia colaborar na regionalização do turismo de forma que não se sobreponha ao trabalho da ATUASERRA. Atualmente a colaboração entre as instâncias tramita apenas no registro de projetos através do SICONV, não havendo discussão, execução e monitoramento da política de turismo.

Outro ponto destacado é a necessidade do envolvimento dos secretários de turismo dos municípios consorciados de forma a descentralizar os trabalhos, uma vez que, atualmente, o consórcio não possui estrutura e equipe para que câmara setorial amplie suas atividades. A representante do CONDESUS afirmou que a responsabilidade do consórcio, sob a ótica dos prefeitos e secretários, é ampla e independente da ação de cada prefeitura, ou seja, impõe certa exaustão de responsabilidades para o consórcio. Segundo a diretoria, os conveniados pagam uma

taxa de manutenção e não dão continuidade à participação nos projetos realizados pelo consórcio.

No que se refere ao trabalho executado pela ATUASERRA, o desafio da governança consiste em ser capaz de dividir e mediar as ações entre os diferentes atores e interesses existentes na região turística. As duas instâncias de governança da Região Uva e Vinho reconhecem a necessidade de ampliar a colaboração e coesão das redes de ações voltadas ao turismo. Apesar de ocorrer dificuldades para atender as diferentes demandas do território e de seus atores, os informantes qualificaram que a principal qualidade ou vantagem competitiva da região é que existe diálogo e colaboração entre os entes públicos e privados, motivados pelo sentimento de pertencimento local.

O enaltecimento da questão cultural e histórica da região foi mencionado pelos representantes dos roteiros, pelos Secretários Municipais de Turismo e pelos representantes das instâncias de governança, confirmando a importância de sua originalidade e autenticidade para a valorização da região e das atividades turísticas ali desempenhadas, caracterizando esses fatores como uma importante vantagem competitiva da região.

Outro fator evidenciado nas entrevistas realizadas se refere às dificuldades das instâncias, as quais citam, no caso da ATUASERRA, a sustentabilidade da própria associação, ou seja, sua vulnerabilidade econômica. As outras entidades pesquisadas, CISGA e CONDESUS, também enfrentam dificuldades financeiras no que tange a captação de recursos para projetos, já que, quando não possuem recursos financeiros provenientes de editais federais, por exemplo, possuem somente as verbas das taxas de conveniados das prefeituras participantes. As verbas federais dependem de editais, os quais acontecem de forma esporádica.

Apesar das dificuldades financeiras e de infraestrutura, tanto a ATUASERRA quanto o CONDESUS são exemplos de trabalho eficaz no que tange ao desenvolvimento de projetos no turismo rural. De acordo com a representante do turismo no município de Ipê, por exemplo, o CONDESUS foi peça chave para que eles permanecessem no mapa turístico do Brasil, a qual explicou que “*eles deram todo o suporte, nós não íamos conseguir fazer sozinhos, eles que deram a listinha de documentos [...] caiu muitos municípios fora, e Ipê ficou dentro*” (depoimento em áudio, 2016).

De acordo com as informações coletadas pelos representantes dos roteiros turísticos rurais e dos Secretários Municipais de Turismo, a conexão entre os diferentes municípios na questão turística depende de questões políticas e de afinidades culturais. Apesar do envolvimento das governanças em prol da criação de uma rede de cooperação, algumas vezes essa conexão é menos intensa, devido aos problemas supracitados. Os projetos formulados em conjunto e os roteiros construídos pelas governanças, deste modo, continuam a trabalhar no engajamento em conjunto dos municípios e a formação de uma rede que visa o crescimento da região como um todo, trazendo vantagens competitivas para o território regionalizado.

Em síntese, a Região da Serra Gaúcha possui uma forte rede de cooperação de turismo rural entre os municípios que depende de diversos fatores culturais, históricos, políticos e territoriais. As governanças representadas pela associação ATUASERRA e pelo CISGA trabalham em prol do desenvolvimento do turismo na região e de sua divulgação e manutenção, em intensidades diferentes. A governança relevante de turismo na região, segundo as análises dos aspectos organizacionais, temporais e espaciais das redes, é a ATUASERRA, sendo o CISGA uma instância importante na região em projetos voltados à saúde e à sustentabilidade.

No que se refere ao CONDESUS, a manutenção e organização da atividade turística é realizada a partir da divulgação dos roteiros e da implementação de projetos e cursos. Ainda que não hajam projetos oficiais de turismo rural na região, a governança do consórcio trabalha na implementação dessa atividade e na conscientização sobre suas vantagens com a comunidade rural da região. Existe, portanto, uma rede de cooperação entre os municípios da região dos Campos de Cima da Serra, apesar de enfrentar alguns problemas de ordens estruturais e políticos antes ressaltados nesta dissertação.

A partir das informações coletadas e supracitadas nesta subseção, juntamente com os dados secundários coletados durante a pesquisa, foi elaborado o quadro 4, onde intenta-se o esclarecimento dos aspectos das governanças trabalhadas a partir das categorias de análise consideradas, as quais contribuem para a implantação e regionalização do turismo rural nas regiões de estudo.

Quadro 4 - Sistematização dos aspectos das instâncias de governança

Governança	ATUASERRA	CISGA	CONDESUS
Número de municípios	24	13	11
Área total de abrangência	6323 km ²	2477 km ²	12193 km ²
Principais finalidades	Promoção, implantação e divulgação do turismo da Serra Nordeste; intercâmbio entre municípios, viabilizar roteiros turísticos; representar a região perante demais esferas de governo e de investidores privados.	Viabilizar ações de cooperação e gestão, potencializando a capacidade do setor público; gestão compartilhada de compras; promoção do desenvolvimento sustentável.	Impulsionar a economia dos municípios, visando o desenvolvimento do turismo na região de forma sustentável; representar os municípios perante demais esferas de governo e investidores privados.
Turismo Rural	Projetos estruturados com planos de divulgação e valorização dos aspectos culturais e históricos do meio rural.	Envolvimento com projetos da ATUASERRA, captação de recursos para projeto de sinalização e turismo religioso.	A área de abrangência possui atividade de turismo rural, cooperação entre os municípios, mas a Governança não possui projetos em prol do turismo rural.
Principais vantagens	Implantação e manutenção de roteiros turísticos; capacitação e assessorias à empreendedores; regionalização por meio de roteiros, calendários de eventos e oficialização em documentos e mapas turísticos; divulgação da região a nível nacional.	Possibilidade de obtenção de recursos através de editais para consórcios; Câmaras Setoriais específicas.	Possibilidade de obtenção de recursos através de editais para consórcios; divulgação do turismo; cursos de capacitação e informação; contato direto da diretoria com a comunidade; divulgação dos roteiros em eventos nacionais.
Principais dificuldades Principais dificuldades	Falta de verbas externas, falta de interesse dos empreendedores, recursos humanos escassos, divergências políticas entre municípios.	Falta de apoio e interesse ao turismo dentro do consórcio; atuação da ATUASERRA como governança; trocas de gestão.	Falta de verbas externas, falta de interesse dos empreendedores, falta de interesse dos prefeitos e Secretários, recursos humanos escassos, divergências políticas.
Aspectos da Rede de Cooperação e Regionalização	Regionalização através de roteiros, projetos integrados, captação de recursos que atingem a região como um todo. Fluxos imateriais integrados pela troca de informações, fluxos materiais ligados por estradas e sinalização.	Regionalização da região em conjunto com a ATUASERRA, captação de recursos financeiros para projetos de saúde, projetos de turismo menos proeminentes.	Fluxos menos integrados entre os municípios devido à heterogeneidade dos aspectos turísticos; rede de abrangência regional, atores sociais do poder público e privado são integrados pela governança.

Fonte: Elaboração própria (2017).

A partir das informações sistematizadas no quadro 4, criado a partir da pesquisa bibliográfica e das informações obtidas no decorrer da pesquisa, iremos, na próxima subseção, discorrer sobre as considerações finais desta dissertação, elucidando as principais conclusões obtidas, além do apontamento das dificuldades encontradas na pesquisa e na possibilidade de trabalhos futuros acerca do assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade em fortalecer a questão regional no meio rural se dá a partir da dificuldade que o campo tem em se desenvolver em meio a uma realidade da economia globalizada e competitiva. No âmbito do turismo, as governanças regionais podem auxiliar no processo de regionalização afim de auxiliar no desenvolvimento dessa atividade de forma eficaz e sustentável, criando vantagens competitivas em ambientes de pouca articulação social.

Foi possível, nesta dissertação, contextualizar e caracterizar as estruturas de governança de turismo rural da região de estudo, onde observamos aspectos da formação destas redes de cooperação entre os municípios, principalmente a partir da criação de projetos e roteiros de turismo rural. Constatou-se que as governanças trabalham em prol do estabelecimento de uma esfera de gestão articulada com os interesses locais e as instâncias governamentais.

A apresentação de cada uma das dimensões sobre a qual as redes foram analisadas (organizacional, temporal e espacial) foram essenciais para o entendimento das relações entre os empreendimentos de turismo rural, o poder público, as entidades privadas e outros atores vinculados ao turismo rural. A partir das especificações dessas dimensões foi possível compreender o papel de cada instância estudada e do processo de regionalização estabelecido.

A partir da análise dos dados coletados, portanto, foi possível concluir que a ATUASERRA é a principal instância de governança do turismo rural na região da Serra Gaúcha. A Associação é responsável por projetos de implementação, divulgação e manutenção da atividade turística. Contando com a participação de 24 municípios, a ATUASERRA trabalha na regionalização do turismo rural de forma acentuada, apesar das dificuldades financeiras e das divergências que encontra na esfera política.

O CISGA, por sua vez, apesar do papel significativo em outras esferas sociais e na obtenção de recursos financeiros para projetos para os municípios consorciados, não é considerado, a partir das informações coletadas, uma importante governança de turismo na região. O consórcio, segundo a análise realizada nesta dissertação, possui papel fundamental no campo da saúde. A captação de recursos em conjunto com a ATUASERRA, no entanto, evidencia uma participação do CISGA na regionalização do turismo na região.

Na região dos Campos de Cima da Serra, o CONDESUS é a governança de Turismo Rural atuante. Segundo a análise realizada nesta dissertação, a regionalização da região a partir do Turismo Rural se dá a partir de ações e projetos para divulgação e promoção do turismo. O Consórcio é considerado instrumento chave na aproximação entre os empreendedores e o poder público, tendo ações semelhantes às da ATUASERRA, mas atuando em municípios diferentes na mesorregião de estudo.

A região escolhida para a presente dissertação abarca inúmeras peculiaridades, mas também homogeneidades que a singularizam em relação a outros espaços. Uma das alternativas a ser estudada no futuro seria a concentração de esforços para fortalecer ainda mais a unidade regional e diminuir competitividades internas. Ainda assim, considerando que a viabilidade de execução de um projeto integrador esbarre nas peculiaridades locais de municípios da região, é necessário um esforço para tentar contemplar os diferentes entendimentos e atores do território através de espaços de participação coletiva, papel que hoje cabe às governanças.

Concluindo, o processo de regionalização dos municípios e da formação de redes de cooperação a partir do turismo rural pode auxiliar no desenvolvimento econômico e social da região de forma sustentável. As ações das instâncias de governança são essenciais para que haja este contato entre o ator social do turismo rural e as instâncias governamentais. As principais dificuldades encontradas nesse processo são de cunho político e cultural.

É necessário que continuemos pensando em novas formas de ordenamento espacial, onde sejam consideradas as potencialidades locais e as participações sociais. No caso do meio rural, é essencial considerar as particularidades históricas, culturais e ambientais do campo. O turismo rural pode trazer inúmeros benefícios para os atores sociais do campo, sendo necessário, no entanto, que a atividade seja realizada de forma planejada, sustentável e justa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G.F. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 2, p. 61-69, 1992.

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DA SERRA NORDESTE - ATUASERRA. **Estatuto oficial**. 2016. Disponível em: <http://www.serragaucha.com/pt/paginas/quem-somos/>. Acesso em: 21 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DA SERRA NORDESTE - ATUASERRA. **Talian: patrimônio cultural**. 2010. Disponível em: <http://www.serragaucha.com/pt/noticias/talian-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 22 mar. 2017.

BENI, M. C. Política e estratégia de desenvolvimento regional: planejamento integrado do turismo. *In*: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 2002. p.79-86.

BIRLEY, S. The role networks in the entrepreneurial process. **Journal of Business Venturing**, v. 1, n. 1, p. 107-117, 1985. Disponível em: https://dspace.lib.cranfield.ac.uk/bitstream/1826/5768/1/Strategy_Enterprise_Working_Paper_85-15.pdf. Acesso em: 02 ago. 2016.

BRAMANTI, A. From Space to Territory: Relational Development and Territorial Competitiveness. The GREMI Approach within the Contemporary Debate. *In*: **Conference SMEs and districts: hybrid governance forms, knowledge creation & Technology transfer...** Castellanza, 5-7 November 1999. Disponível em: http://hdrnet.org/587/1/Links%20BQ/48_From.space.to.territory.bramanti.pdf. Acesso em: 14 mar. 2017.

BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 417-428, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a13> Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. **Lei 11.107, de 06 de abril de 2005**. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. 2005. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action> . Acesso em: 5 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do Turismo/Roteiros do Brasil – Diretrizes Políticas**. Brasília, 2004. Disponível em: http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/diretrizes_politicas_programa_regionalizacao.pdf. Acesso em: 22 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: módulo operacional 3: institucionalização da instância de governança regional**. Brasília, 2007a. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/conselhos/conselhonacional/do_cumentos_conselho/modulo_operacional_3_institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf. Acesso em: 22 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Formação de Redes**. Brasília, 2007b. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/conteudo_fundamental_formacao_de_redes.pdf. Acesso em: 22 de fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do Turismo – Diretrizes**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Rural, Orientações Básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2ª Edição – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf Acesso em: 16 de outubro de 2016.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 3-24, abr. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14203>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CARVALHO, P. Planejamento, Redes Territoriais e Novos Produtos Turísticos Eco-Culturais. **Cabo Verde: Redes e Desenvolvimento Regional**. p. 1421-1439. 2009. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2014/91A.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAZELA, A.; BONNAL, F.; MALUFF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELA, A.; BONNAL, F.; MALUFF, R. S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2009. p. 25-45.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009

CORRÊA, R. L. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010. p. 107-116.

CORRÊA, R. L. Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**. v. 9, n.16, p. 200-218. 2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/2378/2122>. Acesso em: 21 set. 2016.

CKAGNAZAROFF, I. B.; ABREU, B. V. de. Governança local e participação como estratégias na avaliação e promoção de desenvolvimento econômico local. In: 5 CONGRESSO DO INSTITUTO FRANCO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, 5., 2009, Grenoble. **Anais...** Grenoble: IFBAE, 2009, p. 1-16. Disponível em: <http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0101.pdf>. Acesso em: 22 fev.2017.

CZAJKOWSKI, A.; CUNHA, S. Da Kindl: organização e coordenação da rede de cooperação em aglomerados de turismo rural. **Revista Turismo Visão e Ação**. v. 12, n. 1, p. 92-113, 2010. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/1102/1510>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRISTÓVÃO, A.; MIRANDA, R. Organizações locais e desenvolvimento rural. In: CRISTÓVÃO, A.; DIÉGUEZ, V. C.; BAPTISTA (coord.) **Dinâmicas organizacionais e desenvolvimento local**. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2005.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Clusters de turismo: abordagem teórica e avaliação. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. v. 8, n. 13, p. 60-67, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/76>. Acesso em: 15 abr.2017.

DALLABRIDA, V. R.; ZIMERMANN, V. J. Descentralização na gestão pública em estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento: o papel dos consórcios intermunicipais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 5, n. 3, p. 3-28, set./dez. 2009. Disponível em: www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/247/172. Acesso em: 12 ago. 2016.

DENCKER, A. Metodologia científica. **Turismo**: como aprender, como ensinar. São Paulo: Senac, 2000.

DIAS, L. C. Redes emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995

DIEGUEZ, R. C. Consórcios Intermunicipais em foco: debate conceitual e construção de quadro metodológico para análise política e institucional. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 291-319, jul./dez. 2011. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011227580.CD9_artigo_12.pdf. Acesso em: 10 mar. 2017.

DINIS, A. **Para um turismo rural sustentável**: empreendedorismo, estratégia de nicho e redes como factores de preservação e inovação no espaço rural. In: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. (org.). **Turismo rural**: iniciativas e inovações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

DONAIRE, D.; SILVA, M. P.; GASPAR, M A. A Rede de negócios do turismo: um estudo sobre suas características e implicações estratégicas. **Revista Turismo**

Visão e Ação. v. 11, n. 1, p. 112–134, jan-abr.2009. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/989/844>. Acesso em: 20 fev. 2017.

DUCCI, N.; PIMENTA, C.; TEIXEIRA, R. M. Articulação de redes sociais por empreendedores na formação do capital social: um estudo de caso de uma empresa do setor de turismo do interior do Paraná. **Turismo em Análise**, v. 21, n.1, p. 165-189, 2010.

ENDRES, A. V. Redes Políticas como Novo Instrumento de Condução Política do Estado: Contextualização Frente à Complexidade Social e Possibilidades para o Planejamento Turístico. **Turismo - Visão e Ação.** v. 5, n. 3, p. 217-238, 2003. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1078>. Acesso em: 10 mar. 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social.** 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, W. C. **A nova des-ordem mundial.** 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

HOHLFELDT, A. **Dois pioneiros da comunicação no Rio Grande do Sul:** Oswaldo Goidanich, Roberto Eduardo Xavier. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

IANNI, O. **O labirinto latino-americano.** Petrópolis: Vozes, 1993.

IVARS, J. A. B. **La Planificación Turística De Los Espacios Regionales em España.** 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto Universitario de Geografía, Universidad de Alicante, Alicante ES, 2001. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/3620>. Acesso em: 10 jun. 2016.

KASTENHOLZ, E. *et al.* **Reinventar o turismo rural em Portugal:** cocriação de experiências turísticas sustentáveis. 2014.

KLARMANN, H. **Região e Identidade Regional:** um estudo da espacialização e representatividade regional no Vale do Rio Pardo. 1999. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 1999.

LOZZATO, J. **Geografia do turismo:** do espaço contemplado ao espaço de consumo. Rio de Janeiro, 1990.

MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L. A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no

Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 5, n.2, p.226-247, ago. 2011. Disponível em: <http://rbtur.org.br/rbtur/article/view/386>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006. Disponível em <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br//viewissue.php?id=1> Acesso em: 20 mar. 2017

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, F. J. **O turismo em espaço rural**. Enquadramento e expressão geo- gráfica no território português. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1994.

PARANÁ. Governo do Estado; SEBRAE. **Orientações práticas às instâncias de governança de turismo do Paraná**. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhaInstanciasdeGov.pdf> Acesso em: 14 abr. 2017

RAFFESTIN. C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**, v. 3, p. 76-97, 2003.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Turismo - SETUR. **Fórum Estadual de Turismo**. 2013 Disponível em: <http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=secretaria&cod=2&id=11&fg=2> . Acesso em: 10 dez. 2016.

RISCO, G.; FIORI, T. P. (org.). **Atividades características do turismo no RS em 2013: valor adicionado bruto no estado, regiões do turismo e municípios**. Porto Alegre: FEE, 2016.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. *In*: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, S. L. **O poder da rede na materialização de programas de desenvolvimento rural: território de cidadania Região Central/RS**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROMEIRO, P. Redes de gestão para a competitividade do sector turístico: uma análise a partir do turismo rural. **Cabo Verde: Redes e Desenvolvimento Regional**, p. 4158-4183, 2009. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Premio%20Bartolomeu/159A.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. *In*: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, 2000. p. 14-50
- SCOTT, N.; BAGGIO, R.; COOPER, C. **Network analysis and tourism**: From theory to practice. Channel View Publications, 2008.
- SILVA, A. S. Desenvolvimento local e animação turística. *In*: PERES, A. N.; LOPES, M. S. (org.). **Animação turística**. Chaves: Gráfica do Norte, 2009. p. 68-85.
- SILVA, T. F. Rede de cooperação entre pequenas empresas do setor turístico, **Passos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 2, n. 2, p. 267-279, 2004. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/2204/PS090204.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- SOUSA, A. S. Desenvolvimento local e animação turística. *In*: PERES, A. N.; LOPES, M. S. (org.). **Animação turística**. Portugal: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP), 2009.
- TEIXEIRA, A. *et al.* Gestão ambiental e estrutura organizacional: estudo de múltiplos casos. **REGE-Revista de Gestão**, v. 19, n. 3, p. 361-375, 2012.
- TULIK, O. **Turismo e desenvolvimento no espaço rural**: abordagens conceituais e tipologias. *In*: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. Teoria e prática do turismo no espaço rural. Barueri: Manole, 2010
- VEAL, Anthony J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis**: Methods and applications. Cambridge University Press, 1994.
- ZANUZ, A. **O caso ATUASERRA**: a governança regional do turismo. Garibaldi: Faculdade de Integração do Ensino Superior Cone Sul, 2010.

**ANEXO A – Instrumentos de pesquisa utilizados nas entrevistas
(Secretarias Municipais de Turismo)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL.
PESQUISADOR: BRUNA ZAPAROLI DATA:

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS DE
TURISMO DOS MUNICÍPIOS DE INTERESSE.

Identificação:

Nome: _____

Função _____

Secretaria _____

–

BLOCO I - SOBRE A SECRETARIA E O TURISMO RURAL

1- Quais são as principais atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Turismo do Município de “ _____ ”?

2- Em sua opinião, qual a importância dos roteiros de turismo rural para a região?

3- Quais são as principais demandas da região em relação ao turismo rural? Como a Secretaria Municipal atende a essas demandas?

4- Quais são as prioridades da Secretaria Municipal de turismo e como elas são discutidas?

5- Quais são os principais projetos com os quais a Secretaria Municipal de Turismo está envolvida no momento? Quais desses projetos estão relacionados ao turismo rural?

6- Quais são os fatores mais limitantes para o desenvolvimento do turismo rural na região?

7- Qual a importância do setor público para o desenvolvimento do turismo? E para o desenvolvimento do turismo rural?

BLOCO II – Relação da Secretaria Municipal de Turismo, roteiros de turismo rural e outras instituições e empresas relacionadas.

7- Qual o papel do CISGA e da ATUASERRA para o desenvolvimento do turismo e do turismo rural na região? Como se dá o diálogo entre essas instituições e esta Secretaria Municipal?

8- Quais outras instituições, organizações e empresas estão envolvidas em projetos de turismo rural na região? Qual a importância destas organizações para o desenvolvimento do turismo rural na região?

9- Como se dá a relação entre empresas privadas e o poder público no planejamento e na implementação de atividades de turismo rural na região?

10- Como as entidades ATUASERRA e CISGA colaboram com as atividades realizadas pela Secretaria Municipal do Turismo em relação aos roteiros rurais?

11- Como é feito esse diálogo entre as entidades? Existe sobreposição de ações destas organizações? Estas ações são conflitantes?

12- Que projetos estão em andamento ou serão realizados no futuro em relação ao turismo rural na região? Existem outras entidades envolvidas no planejamento?

13- Outras informações que o entrevistado queira comentar

**ANEXO B – Instrumentos de pesquisa utilizados nas entrevistas
(CONDESUS)**



Projeto de Pesquisa:

“Governanças, Redes de Cooperação e regionalização da atividade turística na Região da Serra Gaúcha, Estado do Rio Grande do Sul”.

ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO AO:

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DOS CAMPOS DE
CIMA DA SERRA (CONDESUS)**

Identificação do entrevistado:

Nome do entrevistado:

Função:

Data da entrevista:

1. Em que contexto surgiu o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região de Campos de Cima da Serra (CONDESUS)?

1.1 No estatuto do CONDESUS existem diversos objetivos, dentre eles promover ações de “turismo, patrimônio histórico, cultural e natural”, bem como o “fomento das atividades de turismo rural sustentável”. Qual é o envolvimento do CONDESUS em relação a estes dois objetivos citados anteriormente?

1.2 O que motivou os 11 municípios da Região dos “Campos de Cima da Serra” a criarem e participarem de um Consórcio?

2- Quais foram as principais organizações que influenciaram na formação do Consórcio?

2.1- Sendo a **ATUASERRA** uma importante associação presente na região da Serra Gaúcha, desde 1985, houve alguma influência da referida associação na formação do CONDESUS? E em relação ao CISGA?

3- Atualmente quais são as principais empresas prestadoras de serviços para o CONDESUS?

3.1- Na Assembleia Geral do CONDESUS como são discutidas as prioridades do consórcio? É realizada uma consulta ou é feita de forma interativa? Como é definido o Plano Anual de Metas e Atividades?

() Consulta

() Interativa

Consulta - As pessoas participam através de consultas realizadas a elas ou pelas respostas que fornecem a determinadas perguntas. Agentes externos definem os problemas e as formas de obter informações, controlando, assim a análise. Tal processo consultivo não permite que a tomada de decisão seja compartilhada. Assim mesmo, os condutores do processo não têm, nenhum compromisso no sentido de levar em conta o ponto de vista das pessoas participantes.

Interativa - As pessoas participam de maneira conjunta na análise da realidade no desenvolvimento dos planos de ação e na formação e/ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um meio para alcançar os objetivos do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que adotam múltiplas perspectivas e utilizam processos de aprendizagem sistemáticos e estruturados.

4- Existem relacionados no Estatuto do CONDESUS diversas formas de captação de recursos. Poderia nos informar qual é a principal fonte de captação de recursos financeiro do CONDESUS?

() Cota de ingresso; () Cota de rateio () Receita decorrente de tarifa ou outra espécie de preço público, cobrada do usuário em razão da prestação de serviço pelo CONDESUS; () renda da aplicação financeira; () Recurso proveniente de convênio ou contrato celebrado ou de contribuição, doação, auxílio ou subvenção concedido por ente federativo não consorciado; Outro (as) Fontes
Quais? _____

5. Poderia informar quais são os principais projetos em andamento e outros que estão sendo elaborados pelo CONDESUS para o futuro próximo?

6. Existe uma câmara setorial de turismo no CONDESUS? Caso afirmativo, por favor, especifique quais são as vantagens e a importância desta Câmara existir?

6.1 Caso exista a câmara de turismo poderia informar qual é o plano de metas da mesma no período recente e vindouro?

6.2 Em sua opinião qual seria o principal limitante da Câmara de turismo tendo em vista o desenvolvimento de suas ações?

6.3 Por favor, denomine quais são os projetos destinados ao turismo rural pelo CONDESUS e especifique os municípios que fazem parte de cada projeto.

Finalmente, poderia fazer resumo das atividades desde a criação do Consórcio, destinadas especificamente às atividades de turismo e especificamente de turismo rural? Quais são os roteiros e propriedades rurais diretamente relacionados com o Consórcio atualmente?

**ANEXO C – Instrumentos de pesquisa utilizados nas entrevistas
(Representantes dos Roteiros)**

Instrumentos utilizados nas entrevistas formais

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL.
PESQUISADOR: BRUNA ZAPAROLI DATA:

**FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DOS ROTEIROS
TURÍSTICOS DA REGIÃO**

Identificação:

Nome:

Função

BLOCO I – Informações sobre o roteiro e o turismo rural na Serra Gaúcha

1- Como surgiu o roteiro turístico “ _____ ”?

2- Quais as principais dificuldades encontradas na execução das atividades realizadas pelo roteiro?

3- Qual a importância do roteiro e do turismo rural para a economia e desenvolvimento da região?

4- Quais os principais planos ou projetos do roteiro para o futuro? Mudanças? Perspectivas?

5- Quais são os fatores mais limitantes (negativos) para o desenvolvimento do turismo rural na região?

6- Atualmente, quem faz parte da administração do roteiro? Como essa administração é composta e escolhida?

BLOCO II – Relação do roteiro com as empresas, instituições e organizações

7- Quais instituições, organizações ou empresas (públicas ou privadas) estão envolvidas e colaboram com o desenvolvimento do roteiro? Qual a importância destas organizações para o desenvolvimento do roteiro?

8- O senhor (a) conhece a ATUASERRA? O senhor (a) já ouviu falar do CISGA?

9- A entidade ATUASERRA participa do desenvolvimento das atividades do roteiro? De que maneira ela atende as demandas do roteiro?

10- Qual a importância da ATUASERRA para o desenvolvimento do turismo rural na região?

11- Como o CISGA participa do desenvolvimento das atividades do roteiro?

12- Qual a importância do CISGA para o desenvolvimento do turismo rural na região?

13- Como a Secretaria Municipal de Turismo atende e colabora com as atividades do roteiro e com o desenvolvimento do turismo na região?

14- Em sua opinião existe interação entre as ações realizadas pela Secretaria do Turismo, ATUASERRA e CISGA? Como é realizado o trabalho em conjunto? Existe sobreposição de ações destas organizações?

ANEXO D - Instrumentos de Pesquisa Utilizados nas Entrevistas (CISGA)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

PESQUISADOR:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SERRA GAÚCHA CISGA

Identificação:

Nome:

Função

1- Em que contexto surgiu o CISGA?

1. O que motivou os municípios a criarem um consórcio?

2- Quais organizações influenciaram na formação do consórcio?

2.1- Sendo a Atuaserra uma importante associação presente na região desde 1985 houve influência da referida associação na formação do CISGA?

3- Atualmente quais são as principais empresas prestadoras de serviços para o CISGA?

3.1- Na Assembleia Geral como são discutidas as prioridades do consórcio?

(Plano Anual de Metas e Atividades)

() Consulta

() Interativa

Consulta - As pessoas participam através de consultas realizadas a elas ou pelas respostas que fornecem a determinadas perguntas. Agentes externos definem os problemas e as formas de obter informações, controlando, assim a análise. Tal processo consultivo não permite que a tomada de decisão seja compartilhada. Assim mesmo, os condutores do processo não têm, nenhum compromisso no sentido de levar em conta o ponto de vista das pessoas participantes.

Interativa - As pessoas participam de maneira conjunta na análise da realidade no desenvolvimento dos planos de ação e na formação e/ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um meio para alcançar os objetivos do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que adotam múltiplas perspectivas e utilizam processos de aprendizagem sistemáticos e estruturados.

4- Qual é a principal fonte de captação de recursos da CISGA? (autofinanciamento)

() contribuição dos consorciados () verba estatal para projeto

Outro (S):

5 - Quais são os principais projetos do CISGA?

6- Especifique as vantagens competitivas de se ter uma câmara setorial de turismo no CISGA:

6.1 Qual é o plano de metas da câmara de turismo CISGA 2013- 2014?

6.2 Denomine quais são os projetos destinados ao turismo rural e especifique os municípios que compõem cada projeto:

6.3- Qual seria o principal limitante da câmara de turismo para o desenvolvimento de suas ações?

Resumo das atividades desde 2011, destinadas ao turismo

ANEXO E - Instrumentos de pesquisa utilizados nas entrevistas (ATUASERRA)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

PESQUISADOR:

Associação de Turismo da Serra Nordeste, Governança Regional (ATUASERRA)

Identificação:

Nome:

Função

1 Em que contexto surgiu a Atuaserra?

1.1 O que motivou as secretarias de turismo?

1.2 Qual foi o papel do setor público?

Planejada Espontânea

2 Quais são as principais políticas sociais desenvolvidas pela Atuaserra?

2.1 Especificar quem é o público beneficiado pela Atuaserra:

2.2 Natureza dos serviços prestados:

Denominar o principal tipo de serviço prestado

consultoria - especificar:

cursos – especificar:

gestão e elaboração de projetos – especificar:

Outro (S):

3 Como são discutidos as prioridades e os projetos da Atuaserra?

Por consulta

Interativa

Consulta - As pessoas participam através de consultas realizadas a elas ou pelas respostas que fornecem a determinadas perguntas. Agentes externos definem os problemas e as formas de obter informações, controlando, assim a análise. Tal processo consultivo não permite que a tomada de decisão seja compartilhada. Assim mesmo, os condutores do processo não têm, nenhum compromisso no sentido de levar em conta o ponto de vista das pessoas participantes.

Interativa - As pessoas participam de maneira conjunta na análise da realidade no desenvolvimento dos planos de ação e na formação e/ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um meio para alcançar os objetivos do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que adotam múltiplas perspectivas e utilizam processos de aprendizagem sistemáticos e estruturados.

4. Qual é a principal fonte de captação de recursos da Atuaserra?

contribuição dos associados verba estatal para projeto prestação de serviços

Outro (S):

5 Existe relação entre a Atuaserra e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA)?

Sim Não

Caso afirmativo:

5.1 Qual relação existe entre a Atuaserra e o CISGA?

Caso negativo:

5.2 Por que não existe diálogo com o CISGA?

6 Recebendo a denominação de Governança Regional em 1997, qualifique qual a importância da Atuaserra na regionalização do turismo na Região Uva e Vinho:

7 Qual seria a principal vantagem competitiva da Região Uva e Vinho?

8 Qual seria o principal limitante para o desenvolvimento do turismo na região Uva e Vinho?

9 Projetos coordenados e desenvolvidos pela Atuaserra:

() Projeto PAC- Municípios: Santa Tereza e Antônio Prado

Outro (S):

() Projeto Pulando Janelas – Especifique os municípios participantes:

() Projeto Monumenta Santa Tereza Município: Santa Tereza

() Projeto Sinalização Turística - Especifique os municípios participantes:

() Projeto Fortalecendo o Roteiro Vales da Serra – Municípios: Antônio Prado, Caxias do Sul Nova Pádua, Flores da Cunha, São Marcos

Outro (S):

() Projeto Tecendo Fios – Municípios: Antônio Prado, Caxias do Sul Nova Pádua, Flores da Cunha, São Marcos

Outro (S):

() Projeto Embutidos da Serra Gaúcha - Especifique os municípios participantes:

Outro (S):

9.1 Dos projetos citados quais são os principais?

10 Roteiros e caminhos da imigração (cultura no meio rural)

*Assinalar os mais importantes.

() Caminhos de Pedra – Municípios: Bento Gonçalves

() Caminhos de Faria Lemos – Municípios: Bento Gonçalves

() Caminhos do Salto Ventoso – Municípios: Farroupilha

() Vale do Rio das Antas –Município: Bento Gonçalves

() Do passado ao futuro (novo roteiro de Carlos Barbosa)

() Caminhos da Colônia Municípios: Caxias do Sul e Flores da Cunha

() Estrada do Imigrante Municípios: Caxias do Sul

() Estrada do Sabor Municípios: Garibaldi

() Desvio Blauth entre Farroupilha e Garibaldi

Outro (S):

Seria correto classificar os caminhos e roteiros na microrregião 3: 1ª Colônia de Imigração Italiana da Serra Gaúcha?

10.1 Dos projetos citados quais são os principais?

Resumo das atividades desde a data de fundação 1985 (Resultados conquistados ao longo dos anos, verbas aplicadas, municípios contemplados)

ANEXO F – Termo de consentimento livre e esclarecido da participação nas entrevistas

Pesquisa: Governanças, redes de cooperação e regionalização da atividade turística na Região da Serra Gaúcha, Estado do Rio Grande do Sul.

Equipe: Prof. Marcelino Souza, contato: (051) 33083965, e-mail: marcelino.souza@uol.com.br; Bruna Zapparoli, contato (051) 96656922, e-mail: brunazapparoli@gmail.com

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sr. Participante:

A partir desta pesquisa pretende-se analisar a rede de cooperação entre municípios, especialmente no âmbito das governanças do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA), da Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), dos roteiros de turismo rural da área de estudo e das Secretarias Municipais de Turismo na região da Serra Gaúcha. Assim, conta-se com a sua participação, de fundamental importância, para responder algumas questões que serão gravadas e posteriormente transcritas.

A sua participação é livre, podendo optar por não responder todas as perguntas, assim como, desistir a qualquer momento mesmo sem ter respondido todas as questões. Garante-se a preservação de sua privacidade, não havendo mensurações e associações nominais com o conteúdo das informações dispostas nos relatórios de pesquisa; da mesma forma, somente serão expostas as informações devidamente autorizadas pela (o) participante.

A pesquisa destina-se a elaboração de uma dissertação de mestrado inserida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Professor Doutor Marcelino de Souza.

Coloco-me à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer momento, inclusive após as entrevistas e, garante-se aos participantes acesso aos resultados obtidos ao final da pesquisa.

Nome do participante

Assinatura do participante

Nome do entrevistador

Assinatura do entrevistador

ANEXO G – Folha explicativa sobre a pesquisa

Pesquisa: Governanças, redes de cooperação e regionalização da atividade turística na Região da Serra Gaúcha, Estado do Rio Grande do Sul.

Equipe: Prof. Marcelino Souza, contato: (051) 33083965, email: marcelino.souza@uol.com.br; Bruna Zaparoli, contato (051) 96656922, email: brunazaparoli@gmail.com

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À quem possa interessar:

Convidamos o(a) senhor(a) para participar do projeto acima mencionado, por meio de entrevista individual onde serão registradas algumas informações para a realização da pesquisa. O objetivo principal é analisar a rede de cooperação entre municípios, especialmente no âmbito das governanças do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA), da Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), dos roteiros de turismo rural da área de estudo e das Secretarias Municipais de Turismo na região da Serra Gaúcha.

Enfatiza-se que sua identidade será preservada, assim como tem a liberdade de optar ou não por participar da pesquisa. O(a) senhor(a) pode optar pela desistência da participação na pesquisa a qualquer momento, mesmo em caso da entrevista estar em andamento, assegurando-se nenhum prejuízo.

Os resultados obtidos serão divulgados em publicações científicas vinculadas à área do conhecimento em que se originou o projeto. Também em outras modalidades de comunicação, como por exemplo, eventos e congressos com o intuito de divulgar as informações obtidas.

Nome do participante

Assinatura do participante

Nome do entrevistador

Assinatura do entrevistador